

**CORUMBÁ CONCESSÕES S.A**

**Relatório do auditor independente**

**Demonstrações financeiras**

**Em 31 de dezembro de 2019**



**Corumbá Concessões S.A.**

**Demonstrações financeiras  
Em 31 de dezembro de 2019**

## **Conteúdo**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do resultado**

**Demonstrações do resultado abrangente**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas e Administradores da  
**Corumbá Concessões S.A**  
Brasília - DF

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Corumbá Concessões S.A ('Companhia'), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Corumbá Concessões S.A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### **Provisões para causas judiciais**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades, para os quais foi provisionado o montante de R\$ 48.732 mil em 31 de dezembro de 2019.

A Companhia era também parte de procedimento arbitral iniciada por um de seus acionistas e concluída por sentença arbitral em 1º de agosto de 2019, conforme requerido pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o reconhecimento de um passivo contingencial e suas bases de mensuração devem levar em conta a opinião de seus assessores jurídicos e julgamentos realizados pela administração. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

### **Resposta da auditoria ao assunto**

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a realização de testes de confirmação da totalidade dos escritórios de advocacia que são responsáveis pelos processos judiciais e administrativos, bem como da sentença arbitral proferida. Nesse sentido, para os processos que encontram-se em aberto obtivemos a confirmação de informações, diretamente com os escritórios de advocacia contratados pela administração, tais como: avaliação do prognóstico, principais dados das causas e o valor atualizado das perdas estimadas.

O entendimento dos controles relacionados à identificação e à constituição de passivos, bem como às divulgações em notas explicativas.

Baseados nos procedimentos de auditoria sumarizados acima, consideramos que as políticas de reconhecimento dos passivos da Companhia são apropriadas para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas nas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Ênfase**

### **Partes Relacionadas**

Chamamos atenção para as Notas Explicativas nº 12 e 15 às demonstrações financeiras, que descrevem que a Companhia mantém saldos e operações comerciais, bem como a resolução do litígio arbitral, em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nelas descritas. Especificamente quanto ao assunto litígio arbitral (Nota Explicativa nº 15 - Arbitragem - "CAM-CCBC"), a disputa foi iniciada em julho de 2017, quando a acionista Serveng solicitou da Companhia a incidência de correção monetária e juros legais (IGPM-FGV + 1% a.m.) sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital ("AFACs") que a mesma acionista realizou no período de 2006 a 2008, no montante histórico de R\$ 38.195 mil. Em 1º de agosto de 2019 foi proferida Sentença Arbitral que condenou a Companhia a restituir à acionista Serveng pelo valor de R\$ 38.195 corrigido monetariamente pelo IGP-M desde a data de cada aporte até a data de pagamento, acrescido de juros de mora de 1% a.m. simples desde 28 de julho de 2017 (data da instauração da arbitragem). Em 20 de dezembro de 2019, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a liquidação da sentença arbitral mediante a integralização de capital pelo valor total dos adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC), realizados pela Serveng e pela CEB, atualizados pelos mesmos critérios. Nosso relatório não está ressalvado em relação a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 24 de março de 2020.



**Corumbá Concessões S.A.**  
**Demonstrações financeiras e relatório da**  
**administração**  
**Dezembro de 2019**

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S<sup>as</sup>., e ao público em geral as Demonstrações Financeiras da Corumbá Concessões S.A. ("Concessionária"), com as respectivas Notas Explicativas, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

### **Considerações gerais:**

Após alguns anos sendo impactada por variáveis setoriais (GSF, PLD, etc) o ano de 2019, seguindo a trajetória de retomada em 2018, foi um ano de superações, bons resultados, projetos iniciados, conquistas e a resolução de contenciosos. A gestão eficiente operativa, dos custos/despesas e receitas extraordinárias levaram a uma margem bruta de quase 72%, mesmo em um ano em que registramos alguns gastos extraordinários não recorrentes com advogados. Observamos um lucro líquido no período de R\$ 20.276 mil apesar do registro (e solução) da questão arbitral (AFACs) iniciada em 2017, que nesse ano, registrou despesas não recorrentes da ordem de R\$ 60.502 mil, fora alguns meses de correção e juros sobre essa dívida equacionada em dezembro de 2019.

A proposta da Administração de destinação de R\$ 11.557 mil para pagamento de dividendos (60% da base de cálculo) é a maior de toda a história da Companhia, e pode, a depender da resolução dos últimos contenciosos da Companhia, ser acrescida de distribuições adicionais ao longo do ano de 2020. Ainda, no que diz respeito à destinação do lucro do exercício, a Companhia propõe reserva de lucros adicional de R\$ 7.705 mil em complemento da reserva de contingências, possibilitando eventuais (porém não prováveis) suplementações de condenações, a ser monitorado ao longo de 2020. Sua capacidade de cobertura dos encargos da dívida superou a marca de 4,2 vezes e uma relação dívida líquida sobre EBITDA de cerca de 1,54, bem inferior ao limite de 2,7 contratualmente firmado na Escritura das Debêntures.

Apesar da afluência hídrica local média no ano ter se situado bastante aquém das médias até 2014 (108 m<sup>3</sup>/s), verificou-se um patamar de 54% do ideal (média de longo termo – MLT - esperada), situando-se em 70 m<sup>3</sup>/s em 2019. Apesar disso, as demais variáveis sistêmicas do Mercado Nacional de Energia, associados a gestão comercial eficiente, fizeram com que o resultado das liquidações financeiras na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), somados a vendas de energia bilaterais, fossem positivas em cerca de R\$ 11.125 mil, após vários anos de resultados negativos. A Geração Operacional de Caixa da Companhia nesse ano foi integralmente suficiente para fazer face ao serviço da dívida (encargos e amortizações) bem como pagamento de impostos e dividendos, findando o exercício com um equivalente de caixa de R\$ 23.756 mil.

A Companhia continuou a investir em seus projetos ambientais e sociais, bem como atendeu com excelência suas condicionantes ambientais previstas em sua L.O. (Licença de Operação), tendo requerido a renovação da mesma em 01 de outubro de 2019, um mês antes do prazo previsto. Como veremos mais à frente, o ano de 2019 foi bastante positivo nas questões socioambientais e de segurança do trabalho, onde em relação a este último a Companhia, pelo segundo ano consecutivo foi premiada em primeiro lugar no Setor Elétrico com a Medalha Eloy Chaves, conferida pela Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE).

O Setor Elétrico, não obstante os vários projetos de Lei em andamento no Congresso Nacional (PLS 232/2016 e PL 1917/15) no ano de 2019, principalmente no que se refere aos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL, continua com passivo bilionário na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) ainda a ser equacionado pelo ainda novo governo, mas esse fato, que se reflete na inadimplência das liquidações financeiras superavitárias no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (mais de 93% de inadimplência para quem não tem liminar “fura fila”), ao final do ano não teve efeito relevante sobre a Companhia, uma vez que a mesma operacionalizou várias vendas bilaterais de energia, a preços competitivos, de forma a recuperar os valores positivos represados via inadimplência na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, esses valores recuperados chegaram a R\$ 7.429 mil. Mesmo após essas vendas citadas, ainda terminamos o ano com um saldo positivo de cerca de R\$ 2.173 mil na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, saldo esse que será aproveitado em 2020. O GSF (“Generation Scaling Factor”) de Mercado e o GSF de Repactuação fechou o ano de 2019 com uma média de 90,9% e 81,1% respectivamente, isto é, uma redução da energia assegurada comercialmente disponível em cerca de 10% (GSF de Mercado) porém com um ajuste compensatório de 18,9% associado ao “seguro” do risco hidrológico computado via GSF de Repactuação. Em 2019 as compensações foram mais positivas que a redução da garantia física, fato este que ajuda a explicar o bom desempenho das liquidações financeiras na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Maiores Preços de Liquidação de curto prazo - PLDs da energia nos meses de fevereiro (R\$ 443/MWh) e de março (R\$ 234,4/MWh), associados a energia secundária nesse período, geraram boa parte do saldo positivo nas liquidações financeiras da Companhia. As liquidações financeiras “sombra”, que são aquelas levando-se em conta preços horários para o PLD em 2019, demonstraram, nesse ano, que a introdução desse mecanismo de preços horários previstos para 2021 não teriam efeito relevante para a Companhia nesse ano. Para 2020, via modelo DESSEM, os despachos de energia programados pelo ONS seguirão essa linha, para somente em 2021 se refletirem nos preços das liquidações.

Após alguns anos de trabalho interno, com auxílio pontual do fornecedor Voith e consultorias, com vistas a solicitação de homologação pela ANEEL de aumento da potência instalada das unidades geradoras (UG1 e UG2) da Companhia, na Nota Técnica 346/2019-SCG/ANEEL de 31 de maio de 2019, a mesma acolheu na quase totalidade a demanda da Companhia. Havia sido solicitado um aumento de potência ativa de 127,0 MW para 129,6 MW e a ANEEL homologou o valor final em 129,2 MW. Validou também esse montante como “input” para recálculo, pelo Ministério das Minas e Energia, da nova Garantia Física da Usina. O argumento apresentado para esse aumento foi a comprovação, via comparação das Curvas de Colina de projeto (2002) vis a vis a instalada – projeto executivo (2007), que houve alteração no ponto de operação nominal da Usina, fruto de turbinas instaladas com Potência Nominal maior que aquelas previstas no Projeto Básico, passando cada turbina de 64,8 MW para 65,8 MW, totalizando-se 131,6 MW, que, limitado pela potência ativa do gerador de 129,2 MW gera o valor máximo que foi homologado. Uma vez calculado o ganho local nos geradores de +2,2 MW, o Ministério das Minas e Energia, através da Portaria nº 352 de 6 de dezembro de 2019, recalculou o reflexo deles na cascata do Sistema Interligado e o consequente novo montante de Garantia Física da Usina, aumentando a mesma em +0,1 MW (prontos para comercializar desde janeiro de 2020), fixando a garantia física total agora em 75,3 MW.

Ainda no que se refere a iniciativas e projetos bem-sucedidos nesse ano, cumpre-nos assinalar que no início do ano, via publicação no Diário Oficial da União, de 28 de fevereiro de 2019, A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, dando seguimento a instrução da ANEEL (pleiteada pela Companhia) para recálculo das liquidações financeiras pretéritas, de forma a considerar Modulação de energia “flat” (e não seguindo a carga), resultou em valores positivos a receber pela Companhia de cerca

## **Corumbá Concessões S.A.**

### **Relatório da administração 2019**

---

de R\$ 2.472 mil. Ação essa inteiramente realizada pela Companhia com ganhos diretos na liquidação financeira de 2019.

No eixo de gestão das contingências, a Companhia observou alguns andamentos bastante positivos em diversas causas judiciais. O sucesso no Agravo de Instrumento no processo nº 0709707-86.2017.8.07.0000 do caso Corumbá / Saneago, e o posterior cálculo pelo Perito Judicial do quantum a ser ressarcido, tende a situar o risco da contingência para o real objeto inicialmente discutido (apenas a captação de água) bem como o valor envolvido restrito às instalações efetivamente inundadas nas condições de obra que se encontrava à época. A ação de reequilíbrio econômico/financeiro da Concessão (Ação ordinária nº 1019448-63.2017.4.01.3400) em face da ANEEL e Ministério de Minas e Energia - MME já está em fase de especificação de provas, tendo a Companhia publicado sua réplica nesse ano com sólidos argumentos a seu favor, restando o início das perícias contábeis. Por sua vez, foi iniciada em 2018 ação judicial da Companhia em face do IBAMA para obtenção de tutela provisória contra a determinação desta de construção de uma ponte na GO425. Obtivemos sucesso em primeiro plano na tutela provisória com a suspensão da ordem do IBAMA. Não obstante, em paralelo, e de forma a apresentar uma solução barata, rápida e que mantenha uma boa relação com IBAMA, a Diretoria da Companhia e os departamentos Jurídico e de Meio Ambiente foram recebidos pela presidente do IBAMA para discutir alternativas à onerosa ponte. Foi aventada a proposta de implementação de uma balsa para travessia no local, que reduziria drasticamente os custos. Essa solução teve sinal preliminar positivo do IBAMA, bem como do Ministério Público Federal, porém as tratativas com a AGETOP para a operação da proposta de solução não prosperaram, face a sua recusa em operar o transporte aquático. Em contrapartida, a Companhia procurou demonstrar nos autos processuais que a população tradicional originalmente afetada, não mais prevalecia no local, tendo sido substituída em sua maioria por condomínios, portanto, esvaziando-se a obrigação de religação de comunidades. Em audiência realizada em 16 de outubro de 2019 o Juízo Federal entendeu que a AGETOP não seria parte integrante da relação processual, excluindo a mesma do polo processual e concedendo o prazo de 60 dias para Ibama e a Companhia tentarem uma conciliação administrativa. Foi realizada reunião junto ao IBAMA com os Coordenadores da COHID e CGETEF em 21 de novembro de 2019, onde houve a promessa do referido órgão de apresentação, em duas semanas, de uma proposta à Companhia de conversão da obrigação de construção de ponte por ações de mitigação social a serem implementadas nas comunidades afetadas, contudo, não houve este retorno do Ibama, frustrando a tentativa de conciliação. O processo caminha para alegações finais das partes e sentença, com boa perspectiva de êxito em favor da Companhia.

Em relação ao passivo reconhecido pela Companhia em face da decisão arbitral transitada via CAM-CCBC – Centro de Arbitragem e Mediação no procedimento arbitral CCBC nº 74/2017/SEC2 em agosto de 2019, o mesmo foi equacionado pela 1ª Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, de 27 de novembro de 2019, finalizada em 20 de dezembro deste mesmo ano. A solução divisada foi a integral subscrição em capital dos créditos detidos pelos Acionistas Serveng Civilsan S.A, bem como a CEB Holding, finalizando a questão.

A baixa hidraulicidade verificada em 2017, que refletiu em uma afluência local média de cerca de 44% da Média de Longo Termo - MLT melhorou em 2018. Nesse ano observamos uma recuperação da afluência para níveis médios de 77 m<sup>3</sup>/s, sendo aproximadamente 59% da Média de Longo Termo (MLT), já em 2019 esse patamar realizado foi ligeiramente inferior, situando-se em 70 m<sup>3</sup>/s médios no ano (54% da MLT). Essa estabilização (com viés para baixo) da hidraulicidade em 2019 fez com que o despacho energético local também se estabilizasse em patamares semelhantes de cerca de 50% da garantia física total (75,3 MW) ou 57% da garantia física local (65,5 MW). Porém, se considerarmos a média da geração

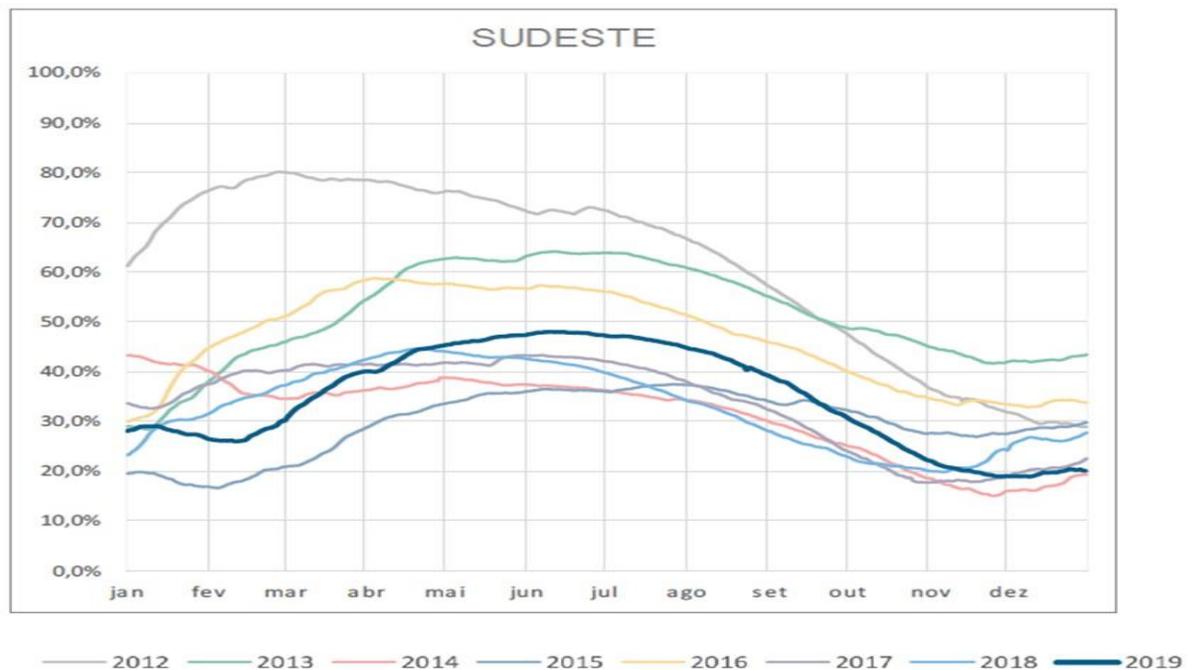
## Corumbá Concessões S.A.

### Relatório da administração 2019

somente dos períodos/horas com geração, essa média de 2019 passa para 61,9 MW, quase 100% da garantia física local.

Em termos de Sistema Interligado, o Subsistema Sudeste-Centro Oeste findou 2019 com valores próximos a 20% somente de armazenamento de água, o Nordeste 40% e Sul com pouco menos de 30%. Esses valores menores se explicam pela relativa baixa hidraulicidade nacional em 2019, associada a um despacho hídrico de mais de 90% dos requisitos nesse período (GSF de Mercado de cerca de 90,9%).

A maior cota observada no reservatório foi de 842,49 metros em abril de 2019 (perto do máximo de 842,60 m dado boas afluências nos meses de março e abril) e a menor cota foi registrada em novembro, de 837,88 metros, ainda longe de atingir a cota mínima de 837, o que mostra claramente um certo conservadorismo na programação centralizada da geração. A geração local da Usina com uma média de 37,45 MW no ano, se mostrou, ao longo dos meses, como em todo o resto do Mercado hidráulico, com um formato bastante “flat”, isto é, a curva típica de menor geração para as hídricas no período seco, não está tão acentuada como era em anos anteriores tipicamente. Parte da explicação para isso é a baixa hidraulicidade sistêmica, mas também os menores custos (Custos Marginais de Operação - CMOs) das usinas eólicas e solares que são despachadas automaticamente à medida em que os ventos do verão são registrados no Nordeste principalmente.



*Armazenamento Subsistema Sudeste-Centro Oeste*

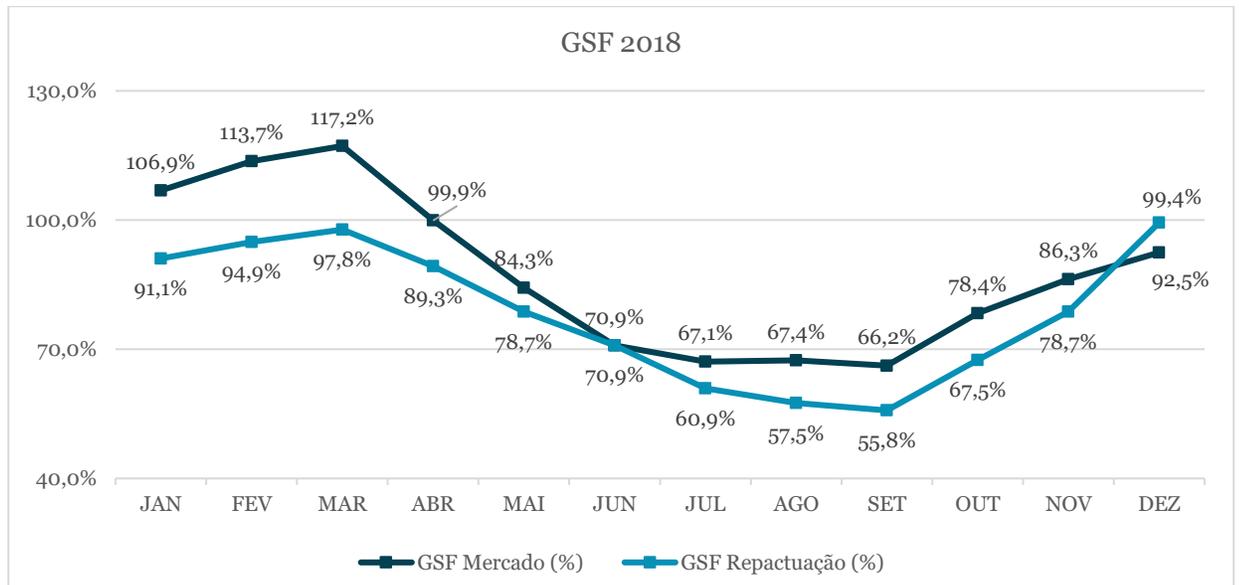
Os gastos da Companhia com compra de energia bilateral para hedge/suprimento do GSF no ano de 2019 foram cerca de R\$ 11.909 mil (referentes à compra de 7,5 MW no ano), ou seja, menos da metade do valor gasto no ano de 2018 de R\$ 24.450 mil para 8 MW ao longo do ano e compras extraordinárias em setembro e outubro. Esse melhor desempenho se explica quase que integralmente por melhores curvas de GSF de Mercado e GSF de Repactuação, associado a Preços de Liquidação mais favoráveis, preços maiores em meses com energia secundária para a venda e preços menores em meses com maior GSF. Outro fator

**Corumbá Concessões S.A.**

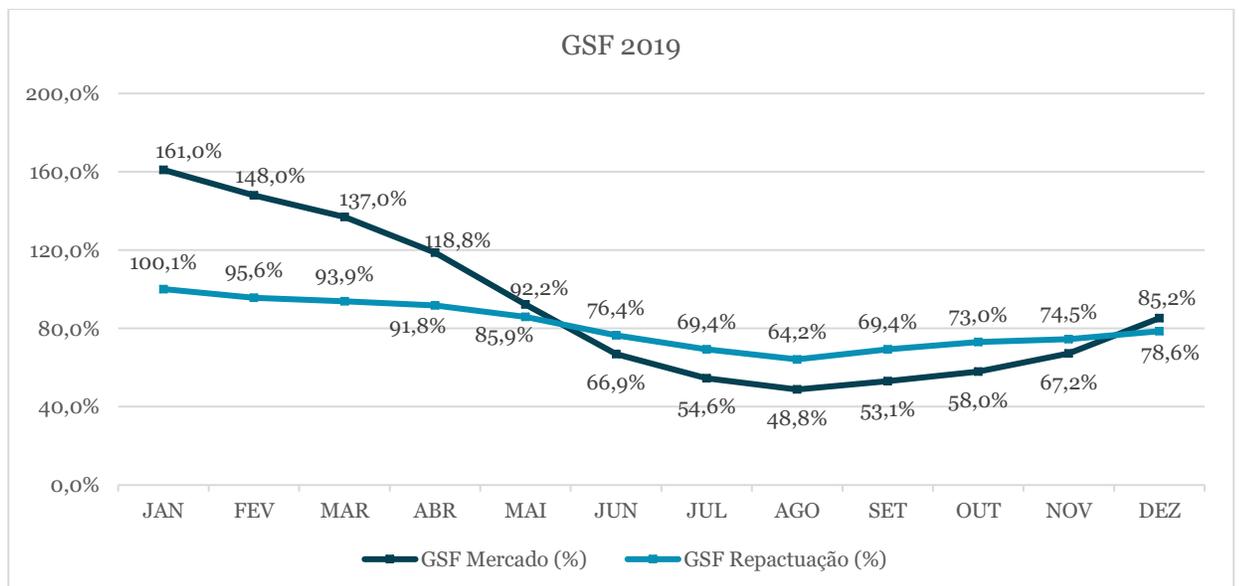
**Relatório da administração 2019**

explicativo foi os melhores preços médios de compra de energia bilateral em 2019 quando comparados ao ano de 2018. Nos gráficos a seguir podemos ver claramente a diferença das trajetórias de GSF ao longo dos anos de 2018 versus 2019. E, como já mencionado em 2019, diferentemente de 2018, os preços de Mercado foram maiores nos meses do ano em que tivemos energia secundária para “vender” (janeiro a abril).

**Curvas de GSF do MRE (sistêmico/Mercado) versus o GSF para Repactuação do Risco Hidrológico 2018 e 2019**



GSF Mercado média 2018                    84,4%  
 GSF Repactuação média 2018        81,7%



GSF Mercado média 2019                    90,9%  
 GSF Repactuação média 2019        81,1%

**Corumbá Concessões S.A.**
**Relatório da administração 2019**

Vale lembrar que sempre, em face do “seguro de risco hidrológico” contratado pela Companhia no produto “SP90”, a curva de compensação dos efeitos do GSF de Mercado para a Companhia é aquela curva relacionada ao GSF de Repactuação (sazonalização “flat”), onde, valores de GSF de repactuação maiores que o GSF de Mercado acabam por penalizar a Companhia com compensações menores. Existe uma “ineficiência” dessa compensação para o atingimento do risco máximo de 10% da garantia física (em face do produto SP90) que em algumas vezes chega a atingir a 30% de ineficiência. No ano de 2018 esses valores de ineficiência foram menores do que aqueles registrados em 2017, o que, associado a PLD também menores, fizeram com que as liquidações financeiras fossem menos onerosas nesse ano. Em 2019 essa “ineficiência” seguiu em patamares inferiores aos observados em 2017/2018 inclusive. Para 2020, por unanimidade dos integrantes do Comitê de Comercialização, foi determinado a contração de hedge energético de mais 2,0 MW (totalizando 4 MW ao somar os 2 MW já contratados) para fazer face ao principal risco assumido no SP90 mais as perdas técnicas e o valor “short” da garantia física (75,3 MW) vis a vis o Contrato de Compra e Venda de Energia - CCVE com a CEB Distribuição S.A. de 76 MW (-0,7 MW).

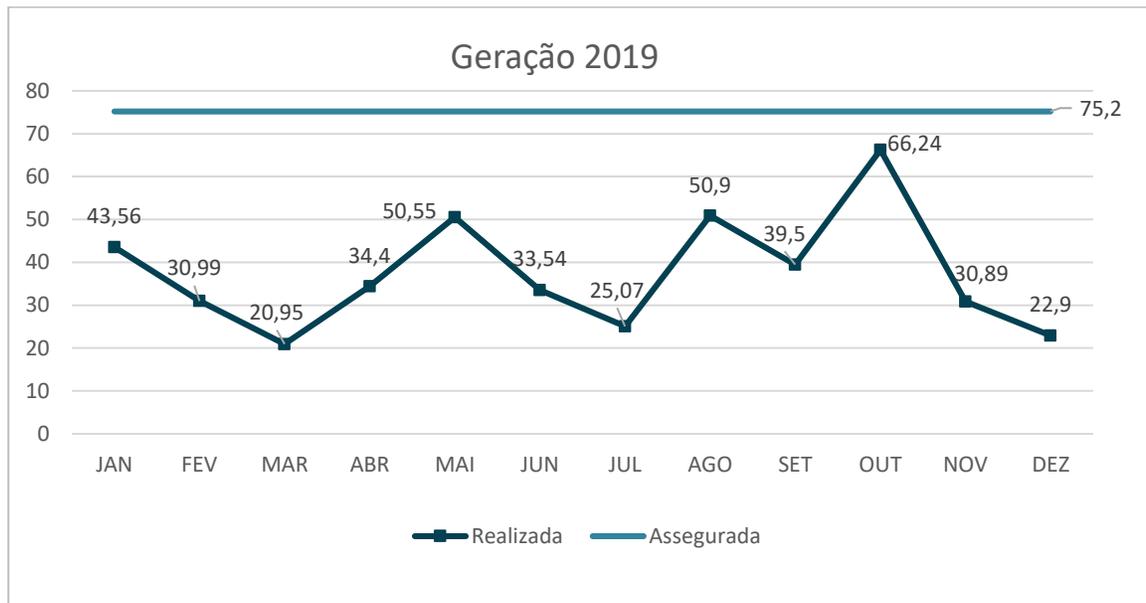
Em se tratando de afluência hídrica no reservatório da Companhia, como podemos observar no quadro seguinte, apesar de registrarmos uma discreta melhora em relação aos últimos 4 anos (2014-2017), fechando o ano com uma média de cerca de 54% de afluência vis a vis a média histórica, contra médias inferiores nos últimos anos (com exceção de 2018), esses níveis de afluência não foram integralmente suficientes para mudar a faixa de despacho (geração) para patamares superiores ao valor da própria afluência verificada. Nesse sentido a geração despachada foi percentualmente semelhante a afluência, se situando em torno de 54,4% do requisito médio de geração local (68,8 MW médios mensais) anuais.

Histórico de Afluência													
Vazão Histórica	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média Anual
1931 a 2015	215	236	238	189	118	86	67	53	46	60	98	159	130
2006	141	171	262	280	130	86	72	56	51	142	170	263	151
2007	327	355	194	160	97	69	50	39	33	32	62	139	130
2008	170	269	275	217	103	75	55	43	41	38	65	153	125
2009	153	217	164	234	146	89	65	56	61	96	116	224	135
2010	214	144	168	155	75	56	45	35	26	53	90	216	106
2011	222	188	206	151	102	63	49	35	27	59	82	141	110
2012	249	203	150	128	83	64	46	35	36	31	45	86	96
2013	222	176	155	240	103	73	47	31	30	65	75	157	115
2014	122	136	264	274	114	72	50	37	31	23	62	123	109
2015	52	89	169	187	106	61	45	25	17	25	45	53	73
2016	158	121	144	54	40	29	24	18	19	25	76	77	65
2017	75	128	92	83	52	30	20	20	13	10	40	128	58
2018	102	126	136	119	59	40	28	22	17	47	120	102	77
2019	66	130	148	169	82	45	32	23	16	16	35	72	70
				<b>Muita chuva</b>		<b>Boa Afluência</b>							
				<b>Neutro</b>		<b>Afluência Normal</b>							
				<b>Pouca chuva</b>		<b>Baixa Afluência</b>							
				<b>Crítico</b>		<b>Baixíssima Afluência</b>							

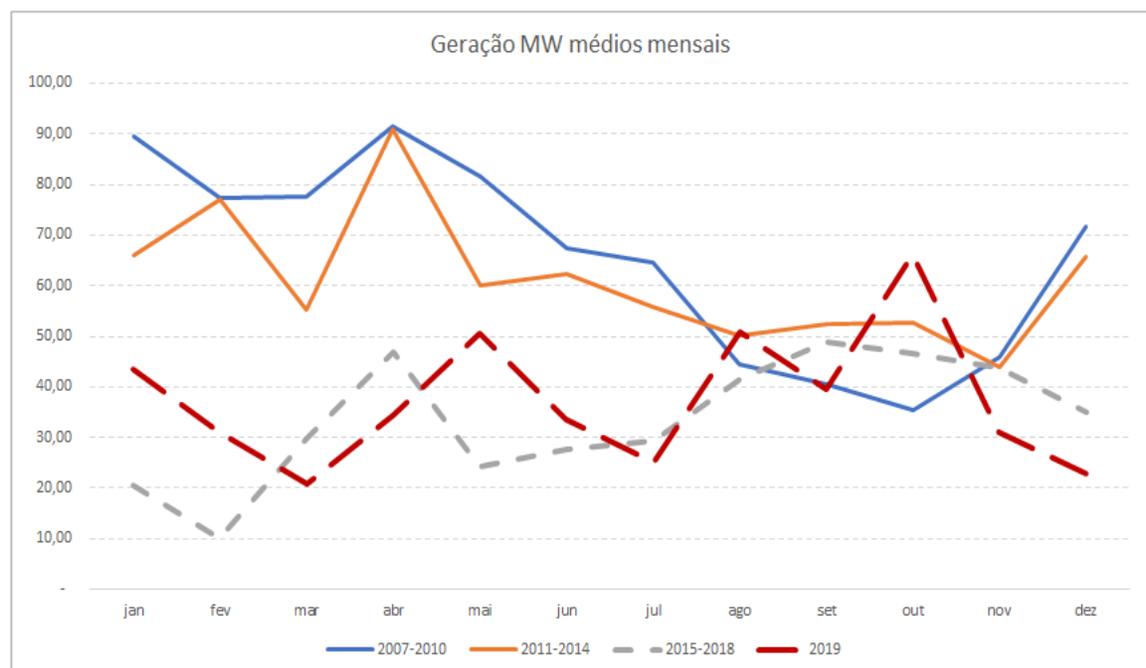
## Corumbá Concessões S.A.

### Relatório da administração 2019

O gráfico abaixo nos mostra o perfil da geração ao longo do ano, lembrando também que não é somente a afluência verificada no reservatório que explica o perfil do despacho da Usina, mas a carga de Brasília também tem efeito relevante nos despachos que o Operador Nacional do Sistema (ONS) efetua, uma vez que a Usina fica muito próxima do centro de carga, servindo como estabilizador da mesma. Sem falar da influência sabida do despacho de fontes de energia “intermitentes” (eólicas e solares), que como já citado anteriormente faz com que a curva de despacho seja mais “flat” do que a curva típica.



Média de Geração: 37,45 MW



Após 2015, com as seguidas crises hídricas (local e Nacional), verificamos menores patamares realizados de geração e uma curva quase "flat", sem a sazonalização típica. Os reflexos financeiros desses menores patamares de geração são bastante minorados pelo Mecanismo do MRE entre as geradoras hídricas, pagando-se uma "tarifa" de cerca de R\$ 15/MWh para cada MWh não gerado.

Por outro lado, as horas diárias sem geração leva ao acionamento dos geradores a Diesel da Usina para suprir a energia para os serviços auxiliares, demandando recursos para a compra do combustível citado. Em 2019 vemos a seguinte distribuição de horas com e sem geração :

Quantidade de Horas de Operação com Fornecimento de Energia e sem Fornecimento de Energia

ACUMULADOS NO ANO		
Mês	Horas com Fornecimento. de energia (h)	Horas sem Fornecimento. de energia (h)
Janeiro	466,67	277,33
Fevereiro	376,67	295,33
Março	297,33	446,67
Abril	438,5	281,5
Maio	571,17	172,83
Junho	390,25	329,75
Julho	337,92	406,08
Agosto	521,75	222,25
Setembro	407,33	312,67
Outubro	641,75	102,25
Novembro	426,67	293,33
Dezembro	308,50	435,50
<b>AC</b>	<b>5.184,50</b>	<b>3.575,50</b>

Com a seguinte distribuição de consumo de Diesel :

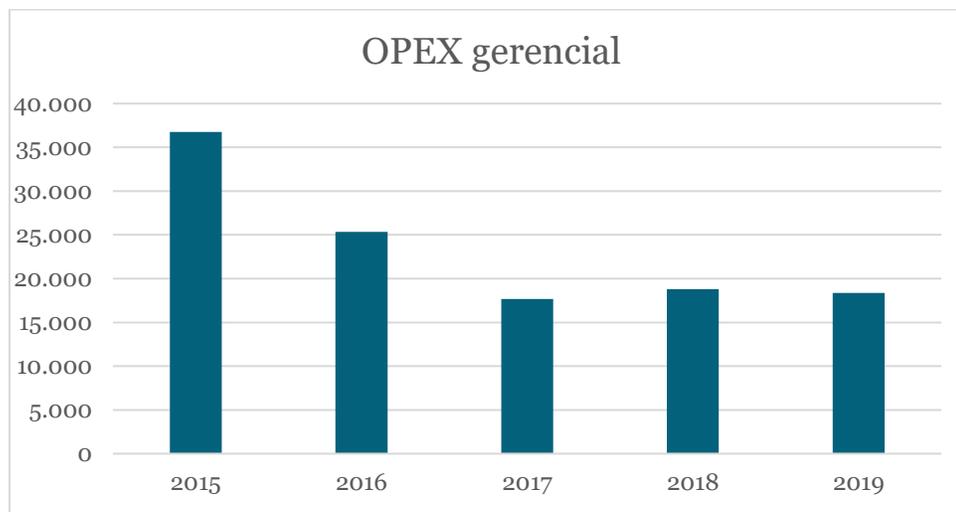
Mês	Litros Diesel	Valor Diesel
Janeiro	8.358,00	29.701,89
Fevereiro	7.598,00	25.047,69
Março	9.583,00	32.446,22
Abril	5.589,80	18.685,46
Maio	3.935,00	12.912,32
Junho	14.338,00	27.244,58
Julho	9.182,00	31.903,12
Agosto	5.154,00	17.627,25
Setembro	5.288,00	17.761,20
Outubro	3.243,00	11.390,06
Novembro	5.620,00	20.747,00
Dezembro	8.340,00	23.939,08
<b>TOTAL</b>	<b>86.228,80</b>	<b>269.405,87</b>



Em relação à performance econômica operacional registramos uma superação do orçamento 2019 em cerca de R\$ 8.935 mil, situando a Margem EBITDA de 2019 em quase 73%, maior que o valor de 2018 (65%). Esses resultados são frutos de uma gestão focada na rentabilização da Companhia, com a parcimônia no tratamento das despesas bem como na captura de oportunidades comerciais e regulatórias sempre que possível. As metas são postas e na maioria das vezes superadas através de um intenso trabalho em equipe.

Iniciando-se com a performance integral do Contrato de Compra e Venda de Energia- CCVE, passamos por outros itens de receita como as liquidações financeiras positivas em 2019 do MRE (R\$ 4.401 mil) bem como vendas bilaterais de mais de R\$ 7.429 mil. Mesmo reconhecendo nesse ano despesas *ad hoc* com advogados de mais de R\$ 4 milhões, registra-se um índice de cerca de 9,7% da relação OPEX gerencial (fora itens regulatórios e compra de energia para o GSF) vis a vis o faturamento, semelhante ao ano anterior, mesmo em 2019 contando com despesas não previstas com advogados.

De forma a cumprir e superar as metas do Plano de Negócios 2019-2021, alavancar os resultados econômicos já penalizados pela reduzida geração hídrica, demais condições de Mercado já comentadas e pelos desembolsos de caixa para o serviço da dívida bancária, bem como cumprir as diretrizes do Conselho de Administração, a Companhia continuou focada em sua trajetória de redução de custos gerenciais. Vide gráfico que segue. Os custos gerenciais são aqueles que estão mais diretamente ligados a gestão da Companhia no dia-a-dia, excluindo-se provisões, baixas puramente contábeis e compra de energia que está fortemente ligada aos fatores de Mercado/Setoriais já comentados. Quando comparados com os valores do ano de 2015 vemos uma redução nominal (fora inflação) de cerca de 50% quando olhamos os anos de 2018 e 2019. O mais importante, a Administração avalia que esse esforço de redução de custos alcançado via negociações comerciais e mudanças de processos, em nenhum momento prejudicou a qualidade dos serviços e cuidado com as pessoas, Sociedade e Meio Ambiente.



Em se tratando ainda da previsão de custeio, apesar da atenção especial à renovação da Licença de Operação iniciada em 2019, é previsto no Plano de Negócios aprovado uma redução do OPEX gerencial para 2020 em cerca de -3,2% em termos nominais (fora inflação prevista de mais de 4%), mantendo assim o compromisso com a eficiência em custos e rentabilização do Capital da Companhia. Os gastos com Pessoal, Material e Diversos (OPEX gerencial) se situa na faixa de 9,7% do faturamento, valor esse bastante melhor que a média setorial (cerca de 15%).

A partir da Geração Operacional de Resultados, passando pelo Resultado Financeiro, que em 2019 foi melhor que 2018 (menor Selic e amortização das dívidas bancárias) atingimos a linha de Resultado Não Operacional onde foram registrados os efeitos extraordinários das despesas de atualização dos AFACs da Serveng e da CEB em mais de R\$ 60.502 mil (R\$ 6.926 mil de juros e correção dos AFACs da CEB foram computados no resultado financeiro). Mesmo após o registro dessas despesas extraordinárias, a Companhia registra em 2019 lucro de R\$ 20.276 mil, cerca de 10,9% do faturamento. Como veremos nos próximos parágrafos a Administração propõe uma distribuição de 60% da base de lucro como dividendos 2019 a serem pagos em 2020. Sendo este (R\$ 11.557 mil) o maior valor de dividendos propostos em toda a trajetória da Companhia, maior que as projeções do Plano de Negócios, sendo um início de um processo virtuoso e contínuo.

A Geração Operacional de Caixa no ano foi integralmente suficiente para cobrir o serviço da dívida relacionada às debêntures e pagamentos de mútuos com os Acionistas (cerca de R\$ 101.073 mil) e demais despesas com impostos e dividendos, findando o ano com saldo positivo de R\$ 23.756 mil. Com a continuidade da excelência operacional de resultados, projeta-se uma trajetória de caixa livre para ao Acionistas em linha com os lucros recorrentes a serem auferidos. Registramos ainda em 2019 aumento das receitas financeiras advindas de aplicações de “sobra” de caixa, que no ano somaram R\$ 1.447 mil, aplicados em operações compromissadas de curto prazo com rendimento médio de 95% do CDI (sem registro de impostos).

Fica evidente no gráfico de custeio gerencial (fora compra de energia que já foi comentada em tópico anterior) uma redução importante desde 2015, o que demonstra o esforço conjunto da Administração da Companhia rumo a excelência de custos, que, contudo, já em 2015, se situava em patamares (percentual da receita) semelhantes a outras empresas do setor, principalmente se levarmos em consideração a grande

## Corumbá Concessões S.A.

### Relatório da administração 2019

proporção do reservatório da Usina (170 km<sup>2</sup> e mais de 900 km de margem) em relação a energia ali produzida (75,3 MW).

Essa dimensão do reservatório, ao longo de sete municípios, se reflete em maiores pressões de custos relacionados às cerca de 23 condicionantes ambientais (PBA's), que, contudo, estão sendo otimizadas em seus montantes absolutos e cumpridas tecnicamente tendo em vista a renovação da Licença de Operação já solicitada. De uma forma geral observamos uma redução nos gastos nesses itens.

Ainda no tocante à geração operacional de resultados, podemos evidenciar o bom desempenho do indicador financeiro chamado "ROIC", que mede o retorno sobre o capital investido (EBIT menos impostos divididos pelo Passivo menos Caixa). Isto é, qual é o retorno percentual que a Companhia obteve levando-se em conta todas as fontes de financiamento (dívidas + patrimônio Líquido). Nesse ano o ROIC atingiu 19,8%, um excelente retorno. Esse percentual pode ser diminuído do Custo Médio Ponderado de Capital da Companhia (WACC) para chegarmos à geração de valor líquido da Companhia (muito conhecido como Economic Value Added - EVA).

A partir dessa realidade de retomada da trajetória do lucro, contando com a trajetória prevista das variáveis econômicas (SELIC, IGPM, IPCA) e de Mercado (GSF, PLD) projetadas, vislumbra-se margens líquidas acima de 40% para os próximos anos e uma curva ascendente de disponibilidade de caixa, mesmo após a realização eventual de algumas contingências passivas. Todos esses elementos foram dispostos e aprovados no Plano de Negócios 2020-2022, gerando perspectivas positivas para os anos futuros.

O quadro resumo abaixo explicita a melhora de alguns indicadores de rentabilidade e endividamento, todos eles associados à retomada da lucratividade:

	2019	2018
ENDIVIDAMENTO GERAL (PC+ELP / TOTAL PASSIVO)	52%	70%
CAPITAL TERCEIROS S/RECURSOS PROP (PC+ELP / PL)	1,08	2,31
COBERTURA DE JUROS (EBITDA/JUROS DÍVIDA)	4,20	3,20
DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA 12 Meses	1,54	2,60
ROE (Lucro Líquido 12 Meses/EQUITY) *	6,5%	21%

(\*) O Retorno Sobre o Equity - ROE 2019 excluídos os efeitos não recorrentes da arbitragem atinge 20%.

Por fim, contabilizou-se, ao fim de dezembro de 2019, o valor de R\$ 6.007 em impostos a recuperar (IR/CSLL) fruto do lançamento de despesas não recorrentes em agosto de 2019, que serão integralmente compensados no ano de 2020.

Presente no Plano de Negócios 2020-2022, a Administração propôs como meta a se desenvolver nesse período, a ação judicial do pleito de reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão, que, iniciada em dezembro de 2017, tem como meta recuperar o valor do negócio que a Companhia perdeu em função de atrasos na entrada em operação comercial e demais sobrecustos não previstos, que, de forma geral, já foram considerados pela ANEEL, como excludente de responsabilidade, como relatado a seguir.

No que concerne ao pleito impetrado na ANEEL, desde 2011, de Recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 93/2000-ANEEL, através da dispensa dos pagamentos relacionados ao Uso do Bem Público (UBP), como forma de ressarcimento, bem como o pleito de recomposição do prazo de Outorga solicitado na mesma oportunidade, baseado no reconhecimento da

## Corumbá Concessões S.A.

### Relatório da administração 2019

---

excludente de responsabilidade no atraso da obra, a ANEEL, emitiu Nota Técnica (nº 898/2016-SCG/ANEEL), em 13 de dezembro de 2016, recomendando para aprovação em Diretoria o seguinte:

(i) o reconhecimento do período de 479 dias, referente ao atraso na entrada da UHE Corumbá IV, como de excludente de responsabilidade da Concessionária, (ii) o aditamento ao Contrato de Concessão nº 93/2000 a fim de postergar o prazo de concessão da outorga da usina por igual período e (iii) o indeferimento do pedido de liberação da obrigação decorrente da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão nº 93/2000, referente ao pagamento pelo Uso do Bem Público - UBP.

A recomendação positiva em relação ao item “i” e “ii” se baseou na publicação, em 18 de novembro de 2016, da Lei nº 13.360 que tratava da possibilidade de postergação do prazo de outorga em caso de reconhecida excludente de responsabilidade do empreendedor por atraso na implantação de empreendimento de geração. Esse reconhecimento de excludência já havia sido vislumbrado por meio da Nota Técnica nº 330/2011-SCG/ANEEL, de 16 de setembro de 2011, ocasião na qual a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG) avaliou a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tivesse motivado o atraso na entrada em operação comercial do empreendimento, concluindo pela excludente de responsabilidade do empreendedor no que tangia a definição do órgão ambiental responsável pelo licenciamento ambiental da UHE Corumbá IV.

A Nota técnica nº 898/2016-SCG/ANEEL, acima referida, foi objeto de votação em Diretoria da ANEEL em 31 de janeiro de 2017 tendo sido acatada integralmente. Através do Despacho ANEEL nº 283, todas as recomendações da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração (SCG) foram aprovadas, dilatando-se o prazo da Concessão da Companhia em 438 dias, como previsto no voto do relator, deslocando o final do mesmo para 23 de maio de 2037. A decisão retrocitada foi publicada no Diário Oficial da União em 02 de fevereiro de 2017, reforçando e consubstanciando a tese de excludência de responsabilidade no atraso da entrada em operação comercial.

No que concerne ao indeferimento do pedido de liberação da obrigação decorrente da Cláusula Sexta do Contrato de Concessão nº 93/2000, referente ao pagamento pelo UBP, a Companhia, com auxílio do seu corpo técnico e advogados externos, montou processo completo de provas e argumentos, evidenciando todos os sobrecustos associados ao atraso da obra (excludente de responsabilidade) e imputações extras de órgãos ambientais, e deu entrada em petição judicial, na 1ª Vara Cível Federal, de “ação pelo rito comum”, com vistas ao reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão, agora solicitando, além do não pagamento da UBP mas também, adicionar 4.117 dias ao prazo da Concessão bem como indenização para fazer face aos demais valores de sobre custo. Em 2018 foi apresentada a petição inicial da Companhia, com a juntada de várias provas, em seguida foi apresentada contestação pela União e pela ANEEL, e por conseguinte a réplica da Companhia baseada em sólidos argumentos. Após, foi determinado que a União e a ANEEL indicassem as provas a serem produzidas, as quais informaram que não têm provas a produzir. Em 2019 foram solicitadas perícias contábil e de engenharia Civil, com apresentação de quesitos pela Companhia. O processo aguarda pela determinação de início das perícias pelo Juízo.

No tocante ao cenário macroeconômico nacional, observamos em 2019 uma redução importante da taxa básica de juros da economia (SELIC meta), de 6,5% no início do ano chegando ao final do ano com a taxa de 4,5%. Essa redução da taxa de juros de referência foi oportunizada pela redução drástica das taxas de inflação, bem como pela necessidade de dinamizar a economia nacional, almejando recuperar a mesma de um longo período de recessão. A taxa SELIC menor reflete em uma taxa CDI mais reduzida e torna o endividamento da Companhia menos oneroso, voltando aos patamares previstos na montagem da operação de alavancagem em 2014, uma vez que suas debêntures são atreladas ao CDI (128% do CDI). Ao mesmo tempo que o índice de inflação oficial do governo (IPCA) fechou em patamares de 4%, o IGPM,

## Corumbá Concessões S.A.

### Relatório da administração 2019

índice que reajuste o CCVE da companhia em abril, fechou o mesmo período em cerca de 7%, apresentando importante descolamento que poderá servir para impulsionar o reajuste do preço da energia fornecida pela Companhia em abril de 2020.

No que diz respeito ao Plano de Negócios 2020-2022, o mesmo foi aprovado por unanimidade na 8ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, de 16 de outubro de 2019. Esse Plano oportunizou as discussões que resultaram na solução para quitação das dívidas da Companhia, frutos da decisão arbitral já citada anteriormente.

No tocante a taxa de disponibilidade da Usina 2019, a mesma, medida pelo ONS é esperada que se situe em patamares bastante acima de 87%, valor mínimo estipulado pela ANEEL. Estima-se para 2019 valores próximos a 100%.

A taxa de disponibilidade média da Usina caiu no ano de 2018 (93,34%) devido a manutenção forçada na palheta diretora 18 da unidade geradora 01 no mês de agosto, contribuindo para o aumento da indisponibilidade forçada e consequente queda na disponibilidade. Porém em 2019 não foram efetuadas manutenções que implicassem em paradas. Dessa forma, a disponibilidade de Usina deve se situar em cerca de 100%, muito acima dos valores estipulados na faixa da ANEEL.

Histórico dos Índices de DISP e INDISP													
Índices/Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Disp.	-x-	-x-	92,2	97,94	95,16	93,37	93,98	96,32	95,33	97,15	99,86	99,19	93,34
Indisp. MF	-x-	-x-	0,44	0,25	0,03	0,75	5,75	0,14	0,09	0,10	0,02	0,04	1,80
Indisp. MP	-x-	-x-	7,37	1,81	4,82	5,88	0,27	3,55	4,59	2,73	0,12	0,75	4,84

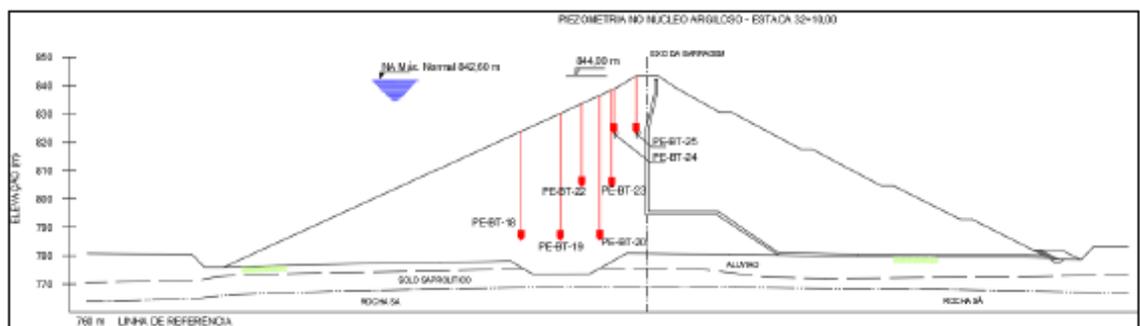
X: Índices não apurados pela ONS

**DISP:** Disponibilidade de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão.

**INDISP. MP:** Indisponibilidade por Manutenção Programada de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão.

**INDISP. MF:** Indisponibilidade por Manutenção Forçada de Unidades Geradoras e Linhas de Transmissão.

Os demais parâmetros operacionais na Usina e da Linha de Transmissão se situaram dentro dos padrões esperados. O monitoramento de estabilidade da barragem continua apontando a mesma dentro dos padrões de segurança esperados, sem observações relevantes, sendo inclusive utilizada pelas seguradoras como referência de estabilidade, reduzindo o prêmio pago nos seguros de risco operacional. Nesse quesito registramos em 2018 a substituição de 6 piezômetros que estavam defeituosos por outros (tipo “casa grande”) aumentando ainda mais a confiabilidade do monitoramento da estrutura da barragem.



As manutenções elétricas, eletrônicas e mecânicas dos equipamentos da Central Geradora foram, em sua quase totalidade, pequenas manutenções periódicas e programadas com um percentual (de 4% a 5%) relativo às manutenções corretivas, e todas elas sem severidade. Da mesma forma as manutenções na linha de Transmissão não demandaram intervenções fora da rotina de manutenções previstas.

DISTRIBUIÇÃO DAS ATIVIDADES			Ref.	ANUAL 2019			
TAREFA		Geradas	Realizadas		Canceladas	Abertas	Total de OS Geradas
<b>Manutenção Periódica</b>	PE	2818	2791	99,04%	22	5	90,44%
<b>Manutenção Corretiva</b>	CO	127	123	96,85%	2	2	4,08%
<b>Manutenção de Emergência</b>	EMG	2	2	100,00%	0	0	0,06%
<b>Manutenção Programada</b>	PG	169	168	99,41%	1	0	5,42%
<b>TOTAL</b>	<b>OS</b>	<b>3116</b>	<b>3084</b>	<b>98,97%</b>	<b>25</b>	<b>7</b>	<b>100,00%</b>

Registramos ainda, no âmbito da Usina as seguintes ações relevantes:

- Após o Termo de Notificação -TN nº 0007/2019\_SFG/ANEEL, recebido em 15/04/19, onde foi solicitado o adensamento da vegetação protetora de parte do talude, realizou-se o trabalho de revegetação em julho desse ano com sucesso, juntamente com algumas correções de pequenas erosões;
- Manutenção da Barragem - Roçagem, Correção de Erosão e Revegetação – Concluído;
- Pintura Externa das partes Metálicas – Guarda-Corpos, grades e portões – Em andamento (80%);
- Revitalização do Almoxarifado – Em andamento (70%);
- Estudo de Viabilidade Técnica e Financeira para substituição do Consumo de Óleo Diesel para Serviços Auxiliares com a implantação de alimentação de energia elétrica da concessionária ENEL;
- Continuidade da implementação do Plano de Segurança de Barragens, com ajustes dos manuais e previsão para instalação de placas de rota de fuga e sirenes em 2020.

Em 2019, a Corumbá concluiu Projeto de P&D nº. PD-2262-1602/2016, "Sistema de Monitoramento e Diagnóstico por Meio de Processamento de Imagens na Identificação Ocorrências e Falhas na Segurança em Áreas de Preservação Permanente (APPs) e Reservatórios de UHEs., vinculado ao tema de pesquisa "Meio Ambiente". Este projeto, com duração de 30 meses e investimento de R\$ 2.164 mil resultou, em termos de capacitação profissional, em 01 pós-doutorado e 01 mestrado.

Em termos de Produção Técnico-Científica, foram 03 (três) produções a saber:

Em Periódicos Internacionais:

- 01 artigo "Environmental monitoring using drone images and convolutional neural networks", apresentado no "IEEE Geoscience and Remote Sensing Society", em Valência – Espanha;
- 01 artigo "Semi-Supervised Learning with Connectivity-driven Convolutional Neural Networks", apresentado no "Pattern Recognition Letters", em Iowa – Estados Unidos.

## Corumbá Concessões S.A.

### Relatório da administração 2019

---

Em Anais de Eventos Internacionais:

- 01 artigo “Permanet Preservation Area Monitoring Based on Aerial Drone Images and CNN”, apresentado nos anais do “23rd Iberoamerican Congress on Pattern Recognition”, em Madri – Espanha.

Além disso, neste mesmo ano, foi reaberta chamada para captação de novos projetos de P&D, onde foi selecionado e iniciada a execução do Projeto de P&D n°. PD-02262-0017/2019, "Riscos Operacionais e de Segurança em Barragens de Terra: uma abordagem computacional baseada em raciocínio aproximado difuso e nas novas diretrizes da ISO 31000", visando estudos mais aprofundados no tema “Segurança de Barragens”.

Como produto, espera-se uma metodologia e sistema computacional para avaliação dos riscos contendo as seguintes funcionalidades: módulo FMECA com tratamento Fuzzy de raciocínio aproximado difuso, Árvore de Eventos e Avaliação da Inspeção Geotécnica da barragem de terra, podendo, ao longo do desenvolvimento do projeto, surgir adaptações e produtos adicionais.

A Companhia, em linha com as melhores práticas de recursos humanos e ciente de que o seu valor é potencializado através dos seus colaboradores, deu continuidade ao desenvolvimento e valorização da sua equipe, seja investindo em treinamento (cerca de 1.706 horas em 2019 - 1.158 horas em 2018), seja compartilhando resultados ou mesmo enfatizando o aperfeiçoamento dos seus processos de Administração de Pessoas.

Em consonância com estes valores, promoveu ainda o Programa de Educação Ambiental para o Trabalhador (216 horas de capacitação ao todo) com renomados profissionais, capaz de fomentar o pensamento sustentável e ambientalmente correto dentro da Companhia. Várias outras ações sustentáveis envolvendo os colaboradores também foram implementadas ao longo do ano na Companhia, criando uma cultura de preservação e mudança de mentalidade no âmbito dos seus colaboradores e família.

Comprometida com a preparação e capacitação do jovem no mercado de trabalho, a Companhia mantém programas de aprendizagem e estágio em seu quadro de colaboradores, capacitando os jovens com conhecimento técnico e desenvolvimento de importantes habilidades para o sucesso de sua carreira profissional.

Sensibilizada com as campanhas nacionais de imunização promovidas pelo Governo Federal, a Companhia convida e oferece a todos os seus trabalhadores as vacinas obrigatórias pelo calendário oficial além de manutenção das vacinas contra Hepatite A e Febre Amarela para 100% da equipe da área de Meio Ambiente e Bacia Hidrográfica.

Ainda em conformidade com a promoção de saúde e diversidade da equipe, todas as gestantes, colaboradoras ou dependentes legais, também têm acesso gratuito a um programa especial que oferece orientação e tira todas as dúvidas do período gestacional e pós-parto.

Em adição às ações citadas anteriormente, não se pode perder de vista as seguintes ações qualitativas implementadas e/ou continuadas nesse exercício:

- Pilotagem das demandas fundiárias sem maiores custos para a Companhia;
- Início do Projeto técnico de flexibilização da Área de Preservação Permanente - APP de 100 metros a ser proposto para o IBAMA e, caso positivo, seja reduzida a Área de Preservação Permanente - APP para 30 metros;

## Corumbá Concessões S.A.

### Relatório da administração 2019

---

- Pronto atendimento a diversas demandas dos Acionistas.

A Administração, por fim, acredita que com a continuidade da trajetória de eficiência nos gastos, a projeção de estabilização das variáveis de Mercado/hidrologia e, principalmente, focando no trabalho dedicado de condução da Companhia ao longo dos desafios regulatórios e jurídicos que se avizinham, a mesma manterá a retomada da sua trajetória de lucratividade iniciada em 2016/2017 e alavancada em 2018/2019.

Sempre atentos às oportunidades comerciais para minimizar possíveis efeitos negativos de uma nova baixa disponibilidade hídrica, da mesma forma, a Companhia através de suas diversas instâncias de governança corporativa continuará a zelar pela excelência técnica bem como a manutenção das melhores práticas.

O atendimento aos Programas Ambientais preconizados em sua Licença de Operação (LO), da mesma forma, seguirão sendo cumpridos, com estrito senso de manutenção do bom relacionamento e eficiência da Companhia com a Sociedade, o meio ambiente e os órgãos de fiscalização.

### Testes de “impairment”:

Como veremos também nas notas das demonstrações financeiras que seguem, em linha com o previsto na CPC 01, a Administração, mesmo julgando desnecessária a reavaliação de seus ativos não financeiros, procedeu com a análise do valor presente da projeção dos fluxos de caixa gerados pela Companhia, chegando a valores até mesmo superiores àqueles contabilizados no seu imobilizado.

Seguindo-se ainda a CPC 01 no seu item 10 (que lista os principais indicadores de “impairment”) a Administração ressalta no caso prático:

#### A - Principais Indicadores **Externos** de “impairment”:

- (i) O valor de mercado de um ativo diminuiu sensivelmente: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas com efeito adverso sobre a Concessionária ocorreram no ambiente tecnológico, de mercado, econômico, legal no qual a Concessionária opera ou no mercado para o qual é utilizado o ativo: De forma conservadora, como já explicitado, mesmo a MP 579 e a Lei 12.783/2013 não alcançar a Companhia, o valor em uso (avaliados pela sua geração futura de caixa) dos seus ativos está corretamente contabilizada.
- (iii) As taxas de juros de mercado ou outras taxas de mercado de retorno sobre investimentos aumentaram durante o período: A Administração entende que as taxas diminuíram nesse período;
- (iv) O valor contábil do patrimônio líquido da Concessionária é maior do que o valor de suas ações no mercado: Não se aplica.

#### B - Principais Indicadores **Internos** de “impairment”:

## Corumbá Concessões S.A.

### Relatório da administração 2019

---

- (i) Evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo: Não se aplica;
- (ii) Mudanças significativas, com efeito adverso sobre a Concessionária, ocorreram durante o período, ou devem ocorrer em futuro próximo, na medida ou maneira em que um ativo é ou será utilizado: Não se aplica;
- (iii) Evidência, proveniente de relatório interno, que indique que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado: Não existe evidência.

A Concessionária continua investindo nas melhores práticas de governança corporativa, na mitigação e controle de riscos operacionais, trabalhistas, ambientais e financeiros. Os seguintes institutos são perenes na Concessionária:

- Comitê de Riscos (trimestral): Fórum de discussão, análise e decisão acerca das estratégias frente às contingências cíveis e/ou trabalhistas;
- Processo de Compras e Contratação: Implantado e em funcionamento “workflow” informatizado de compras e aquisições e relacionamento com Fornecedores, visando a transparência, redução de custos e imparcialidade no relacionamento com os Fornecedores. Inclui Banco de dados de contratos para maior gestão e rapidez na tomada de decisões;
- Divulgação via Intranet para os acionistas, empregados e Fornecedores dos documentos pertinentes a cada parceiro da Concessionária, incluindo normas, documentos societários, demonstrações financeiras, entre outros;
- Mapeamento anual na Usina, com vistas aos seguros operacional e cível, dos diversos riscos físicos envolvidos nas operações rotineiras associados a cada estrutura ou equipamento, principalmente as grandes estruturas;
- Grupo ambiental: Reuniões mensais para análise, discussão e desenho de estratégias de atuação na área socioambiental. Incluindo ainda a coordenação dos projetos de DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável);
- Comitê de Comercialização: Proposto a formatação deste Comitê em 2017, implementado em 2018. Visa a discussão e recomendação das melhores práticas comerciais para deliberação no Conselho de Administração.

À título de nota, é importante frisar ainda que em 2019, a Concessionária, através de seus advogados bem como com o acompanhamento do Comitê de Riscos, fez a gestão dos riscos jurídicos contingentes, subsidiando com informações os eventuais ajustes nas provisões para esses riscos de acordo com a CPC 25.

Visando atender as condicionantes estabelecidas na Licença de Operação (LO) nº 514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, a Companhia desenvolve ações de caráter socioambiental, buscando sustentabilidade para o reservatório e as comunidades do seu entorno. A LO determina a execução de mais de 20 programas socioambientais, com ações implementadas por equipe multidisciplinar e por empresas especializadas, sob a orientação e coordenação do Diretor Presidente conforme apresentado a seguir.

### **Programa de Comunicação Social**

Em atendimento à condicionante 2.1 (r) da LO, o Programa visa informar aos moradores dos municípios de abrangência da UHE Corumbá IV e aos novos frequentadores atraídos pela existência do lago a respeito das ações socioambientais desenvolvidas pela Companhia e sobre questões ambientais e culturais da região.

Em 2019, foram produzidas 101 matérias dentro do Programa de Comunicação e outras 80 por veículos da mídia do entorno, Distrito Federal e nacionais, além de clippings que somaram 256 (registro de matérias publicadas na mídia). No mesmo período, foram produzidos e distribuídos 17.000 Informativos UHE Corumbá IV, referentes a três edições, entregues em pontos estratégicos dos sete municípios do entorno do reservatório, de forma a garantir a distribuição prioritária para os moradores e frequentadores do empreendimento Corumbá IV. O site institucional da companhia integra as mídias que publicam material informativo produzido pelo Programa de Comunicação.

<b>Veículo de Comunicação</b>	<b>Números de 2019</b>
Informativos UHE Corumbá IV	Produção de 3 edições e distribuição de 17.000 exemplares.
Matérias	Produção e divulgação de 101 matérias em meios de comunicação
Clippings	Produção de 256 clippings de matérias produzidas pela Ascom CCSA e pela mídia.
Eventos	Cobertura jornalística de 47 eventos.

### **Programa de Educação Ambiental**

Em atendimento às condicionantes 2.1 (p) e 2.17 da LO, o Programa se aplica à população do entorno do reservatório através de oficinas e eventos educativos. É composto por 4 linhas de ações, 10 projetos, além do Programa de Educação Ambiental do Trabalhador (PEAT) e o Diagnóstico Socioambiental, voltados para a preservação do meio ambiente e valorização da cultura local. Em 2019, o Programa de Educação Ambiental (PEA) beneficiou diretamente cerca de 6.000 pessoas nos municípios do entorno.

As Abordagens Via Lago e as Paradas Ecológicas são meios pedagógicos para abordar turistas e moradores, no que tange ao descarte adequado do lixo, preservação da Área de Preservação Permanente - APP do reservatório e respeito a cultura local.

O projeto “Qualidade Ambiental e Sustentabilidade em Comunidades Rurais” combina sustentabilidade e geração de renda com base nos dados do diagnóstico participativo, onde os proprietários informam seus interesses em formações que possam complementar sua renda. Nesse sentido foram ministrados os cursos

## Corumbá Concessões S.A.

### Meio Ambiente

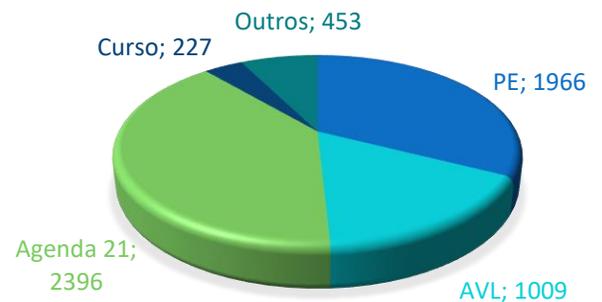
de Educação Ambiental e Artesanato em Bambu (Comunidade Três Vendas – Abadiânia (GO)), de Educação Ambiental e Produção de Flores Tropicais (Comunidade Mato Grande – Luziânia/GO) e de Educação Ambiental e Produção de açúcar mascavo, melado e rapadura (Comunidade Capão – Alexânia/GO).

Foram distribuídos aproximadamente 35.000 materiais de divulgação da Educação Ambiental nas atividades, como cartilhas de temas diversos. Explorou-se, através de conteúdos educativos, a interface do PEA com a Área de Preservação Permanente; ictiofauna, qualidade da água, recuperação de áreas degradadas, comunicação social, fiscalização e Alternativa Produtiva.

### Quantitativo de Atividades



### Público do PEA



Sendo AVL: Abordagem Via Lago; PE: Parada Ecológica; Outros: visitas, reuniões, eventos de interface;

### Recuperação de áreas degradadas



### Agenda 21



PEAT



**Programa de Atenção Básica em Saúde**

Em atendimento às condicionantes 2.1 (q) e 2.18 da LO, o Programa objetiva a promoção de ações de educação em saúde e atendimentos médicos buscando melhorar a qualidade de vida da população do entorno do reservatório. Anualmente são solicitados os dados epidemiológicos da Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária dos municípios.

Em 2019, além da coleta dos dados epidemiológicos, a Companhia realizou a 2º campanha do evento Saúde Rural na comunidade de Três Vendas no município de Luziânia (GO), e a 3º campanha na comunidade Chácara Paulista no município de Novo Gama (GO). O Saúde Rural promove um dia com diversos atendimentos médicos e sociais para a população rural.

Além dos atendimentos médicos prestados no evento, foram doados materiais hospitalares para os postos de saúde das comunidades atendidas com propósito de apoiar e incentivar ações de melhoria à saúde e qualidade de vida da população rural.

Categoria	Nº atendimentos	
	Luziânia	Novo Gama
Reuniões Poder Público	3	2
Clínico geral	43	33
Optometrista	41	40
Doação de óculos	41	40
Odontologia	24	28
Nutricionista	28	07
Exame Papanicolau	03	02
Farmácia	27	-
Justiça Restaurativa da Paz	06	-
Psicologia	15	21
Lazer (oficina para crianças)	16	20
<b>TOTAL</b>	<b>247</b>	<b>193</b>

Coleta de sangue para exames



Atendimento Optometrista



Doação de Óculos



## **Programa de Alternativas Produtivas**

Em atendimento às condicionantes 2.1 (o) e 2.16, o programa visa subsidiar as comunidades rurais de meios para alavancar seu potencial econômico. No ano de 2019 o projeto desenvolvido foi o “Mãos Produtivas – Comércio Institucional de Alimentos na Agricultura Familiar” iniciado em 2018.

Entre as ações do projeto esteve a organização e legalização dos documentos de Associações/Cooperativas, tornando-as aptas à participação em editais de chamamentos públicos voltados à comercialização de alimentos e os programas de alimentação escolar como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

As famílias cadastradas no projeto receberam assistência técnica com treinamento e capacitação voltados a informar e sensibilizar os pequenos produtores quanto aos riscos envolvidos no uso de defensivos químicos e de agrotóxicos, além de mostrar às comunidades rurais e ribeirinhas que é possível produzir alimentos utilizando técnicas simples e funcionais, sem comprometer a saúde dos produtores, dos transportadores e dos consumidores finais.

**Meio Ambiente**

Além das técnicas agrícolas, o projeto ofereceu assistência administrativa às comunidades rurais por meio do intercâmbio de informações e de oficinas com temas voltados ao agronegócio no Brasil, em especial à agricultura familiar, visando gerar novas oportunidades e renda para os agricultores.

### Mãos Produtivas - Produção de vagem e milho



O primeiro ciclo do projeto, executado na comunidade de Pontezinha do município de Santo Antônio do Descoberto - GO, teve o investimento cerca de R\$ 200 mil em 30 unidades familiares, sendo cerca de 150 pessoas diretamente beneficiadas.

O projeto permitiu que a Associação dos Produtores Rurais de Pontezinha – CORPO concorresse ao certame do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) de Santo Antônio do Descoberto (GO) em parceria com a Cooperativa de Produtores Rurais do Vale do Indaiá - COOPINDAIÁ. Esta cooperativa foi uma espécie de “incubadora” para a associação CORPO, realizando a consultoria técnica do projeto.

Este trabalho resultou na conquista de um edital em agosto de 2019, no valor de R\$ 500 mil destinado à associação CORPO (Pontezinha) com validade até dezembro de 2019. Cabe ressaltar que o município não comprou todo o volume descrito no edital, resultando em uma venda de R\$ 35 mil em produtos agrícolas (repolho, banana, tangerina, abacate, vagem, entre outros).

O 2º ciclo do projeto teve início em março de 2019 nas comunidades rurais Chácaras Paulistas, Riacho Doce, Jarumã/Jacumã do município de Novo Gama (GO) que também concorreu a editais do PNAE. A Associação Riacho Doce, por meio da assistência técnica do projeto ganhou a licitação do PNAE para distribuição da merenda escolar em Novo Gama (GO) com o valor do contrato de R\$10 mil. Entre agosto e dezembro de 2019 a associação vendeu um total de R\$ 6 mil em produtos entregues.

#### Atividades executadas em 2019.

Categoria	Quantidade	
	SAD - Pontezinha	Novo Gama
Assistência Técnica	112	73
Capacitação	2	6
Mobilização	2	6
Mutirão	8	13
Reunião	9	2
Intercâmbio	1	2
Vendas de produtos	R\$ 35.183,23	R\$ 6.687,87

Sendo SAD: Santo Antônio do Descoberto/GO;

**Meio Ambiente**

---

Além da conquista de editais para a comercialização dos produtos para o PNAE, também foi possível a venda de leite e de polpa de frutas, totalizando a venda de R\$3 mil em Pontezinha e R\$23.600,00 em Novo Gama (GO).

**Mãos Produtivas - Produção de beterraba e repolho**



**Programa Energia com Responsabilidade Socioambiental**

Em atendimento à condicionante 2.20 da LO, os projetos sociais deste programa visam interferir de forma positiva na vida cotidiana de moradores de entorno do reservatório da UHE Corumbá IV, por meio de ações e investimentos na cultura local, meio ambiente, educação, saúde. Desta maneira a Companhia, busca ser um agente de contribuição social nos municípios do entorno do reservatório.

Doações e Patrocínios socioculturais

- Cavalhadas de Corumbá de Goiás; Coral Vozes Sertanejas; Festa do Divino Espírito Santo - Eventos tradicionais de Corumbá de Goiás (GO);
- Ações de Educação Ambiental: Condomínios de Alexânia (GO);
- FLONA Silvânia/ ICMBio: Produção e doação de Livro educativo em Silvânia (GO);
- Cantata de Natal: Escolas rurais de Luziânia (GO);
- Doação e Plantio de Mudas: Santo Antônio do Descoberto (GO) e Novo Gama (GO);
- Programa Agrinho: Em 2019, o tema do Programa Agrinho foi “Cresce campo e cidade com saúde e sustentabilidade”. Escolas de Silvânia, Luziânia e Alexânia são premiadas no Concurso Agrinho 2019. A Escola Hortência Maria Felácio e Escola Darcy Ribeiro, de Luziânia (GO), e as Escolas Parque Alvorada IV, de Alexânia (GO), tiveram trabalhos premiados. A única Escola de Silvânia (GO) a concorrer, José Eduardo Mendonça, venceu a categoria Projeto Escola Agrinho com o tema “Cruzeiro, 109 anos um povoado e várias histórias”, além de uma moto Honda sorteada.

Cantata de Natal – Luziânia - GO

Cavalhadas – Corumbá de Goiás GO



## **Programa de Monitoramento e Apoio à Fiscalização**

Em atendimento à condicionante 2.1 (t) da LO, o Programa tem o objetivo de preservar a função socioambiental da Área de Preservação Permanente (APP). A fiscalização é efetuada diariamente pelos fiscais da Companhia, e tem como finalidade monitorar e orientar a população sobre o uso adequado do reservatório e da APP. As ocorrências são registradas com coleta de coordenadas geográficas e fotos.

Os dados são avaliados e é gerado um relatório fotográfico com croqui da área onde se verifica a irregularidade e um código de controle para produção do relatório da fiscalização. A equipe de fiscalização (fiscais de bacia da Companhia) é composta por 5 colaboradores que percorrem diariamente de barco todo o espelho d'água do reservatório, registrando ocorrências de irregularidades na APP e de crimes ambientais no reservatório.

Em 2019 as campanhas em conjunto com a Superintendência (SUPES-DF) do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) no DF foram descontinuadas em função da extinção desta Superintendência do IBAMA no DF. Dessa forma, além de encaminhadas ao IBAMA Sede, as informações coletadas e consolidadas pelo Departamento de Meio Ambiente foram encaminhadas às Secretarias de Meio Ambiente dos municípios e do estado de Goiás.

Ocorrências registradas em 2019.

<b>Mensal</b>	<b>Nº Ocorrências</b>
Janeiro	13
Fevereiro	14
Março	6
Abril	25
Maiο	29
Junho	16
Julho	16
Agosto	13
Setembro	32
Outubro	27
Novembro	13
Dezembro	19
<b>TOTAL</b>	<b>223</b>

## **Programa de Segurança e Alerta**

Em atendimento às condicionantes 2.1 (s) e 2.21 da LO, este programa visa aplicar ações para proporcionar a segurança da área de influência da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV, tanto a jusante como a montante do reservatório. O trabalho é preventivo e consiste em alertar as comunidades ribeirinhas dos possíveis riscos em caso de cheia do rio Corumbá, além de normatizar ações de segurança na utilização, operação, manutenção e instalação de equipamentos e maquinários da usina.

No âmbito da capacitação dos trabalhadores na UHE, em 2019 foram realizados os seguintes treinamentos e capacitações em atendimento às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e da Lei nº 6.514/1978. No total foram capacitados 18 funcionários, contabilizando um total de 700 horas de treinamento:

- NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade: Capacitar os trabalhadores da área elétrica em prevenção e serviços de instalações elétricas.
- NR 23 - Proteção Contra Incêndios: Prevenção de combate ao incêndio, primeiros socorros e resgate.
- NR 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados: Capacitar a permissão de funcionários para vigia e trabalhador em espaços confinados.
- NR 35: Trabalho em Altura: Capacitação para trabalho em altura acima de 2 metros, com prevenção de Acidentes do Trabalho e Resgate.
- NR 05 (CIPA): Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Doenças Ocupacionais;

Além da capacitação periódica, cabe destacar a execução anual do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) – NR 09 e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) – NR 07, referentes, respectivamente, ao controle de riscos ambientais e à promoção da saúde dos empregados da Companhia.

Visando o atendimento da Resolução ANEEL nº 696/15, e como parte integrante dos procedimentos da Política Nacional de Segurança de Barragem (Lei nº 12.334/10) foi elaborado relatório do Estudo de Ruptura do Barramento da UHE Corumbá IV e consequente revisão do Plano de Segurança de Barragens (PSB).

O Plano de Segurança de Barragem da UHE Corumbá IV (em seus cinco volumes) foi encaminhado ao IBAMA em maio de 2019. Conforme planejamento, a Companhia encontra-se em fase de implantação do Plano de Ação de Emergencial (PAE). Nesse contexto, os cadernos já foram devidamente distribuídos aos órgãos competentes, o Levantamento Cadastral da população à jusante foi executado, e as rotas de fuga e pontos de encontro da população à jusante foi definida e distribuída à Defesa Civil. As placas indicativas das rotas de fuga e a instalação das sirenes estão em fase de aquisição/instalação, bem como os sistemas de alerta sonoro.

## Programa de Monitoramento de Qualidade da Água

Em atendimento às condicionantes 2.1 (g) e 2.7 da LO nº 514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, este programa visa monitorar diversos parâmetros físico-químicos e microbiológicos para avaliar a qualidade da água dos afluentes e do reservatório da UHE Corumbá IV. O monitoramento da qualidade da água do reservatório e de seus tributários é realizado trimestralmente na rede amostral composta por 23 pontos de monitoramento (37 amostras), analisando 27 parâmetros de qualidade da água.

Local	Qtde Pontos	Amostras
Cursos d'água (rios)	15	15
Reservatório	8	22

Total de pontos: 23

Total de amostras (diferentes profundidades): 37

Nos últimos anos os parâmetros de Oxigênio Dissolvido (OD), Fósforo total, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) foram os que apresentaram maior discrepância da concentração estipulada para a Classe 2 da Resolução CONAMA nº 357/05 em pontos específicos do monitoramento, conforme variação espacial e na coluna d'água. No entanto, cabe destacar que tal condição é provocada por fatores externos ao empreendimento, como estações de tratamento de esgoto, despejos irregulares, carreamento de compostos agrícolas, entre outros contaminantes afluentes ao Reservatório.

## Programa de Monitoramento de Encostas Marginais e Processos Erosivos

Em atendimento às condicionantes 2.1 (e) e 2.6 da LO nº 514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, este programa, através do monitoramento contínuo das encostas marginais, objetiva identificar e controlar os processos erosivos do entorno do reservatório da UHE Corumbá IV. Os focos erosivos em monitoramento consistem nos focos ativos e inativos, que totalizam 31 pontos, conforme as seguintes categorias:

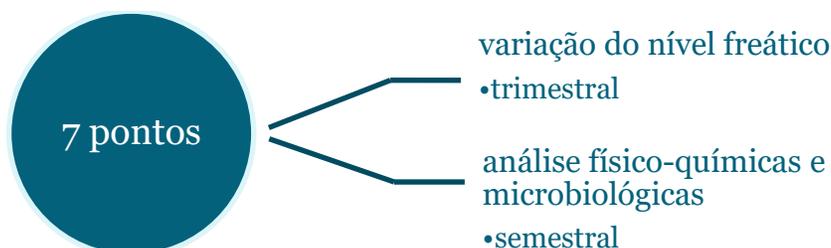
- **Recuperados:** focos erosivos que foram totalmente recuperados, sejam pelas ações de intervenção realizadas ou pelo restabelecimento natural da vegetação.
- **Monitorados inativos:** focos erosivos controlados ou paralisados, alvos de monitoramento.
- **Monitorados ativos:** focos erosivos (solapamentos) que estão sob influência da variação do regime hídrico do reservatório, por se localizarem abaixo da cota de operação não é possível realizar nenhuma intervenção.

Em 2019 durante as vistorias periódicas das encostas marginais do reservatório não foram identificados novos focos erosivos. Dessa forma, 47 focos encontram-se recuperados, 19 focos estão inativos e 12 ativos.



## **Programa de Monitoramento da Elevação do Lençol Freático**

Em atendimento às condicionantes 2.1 (d) e 2.5 da LO nº514/2005 – 1ª Renovação – 1ª Retificação, o monitoramento do lençol freático possibilita avaliar, por meio de poços de monitoramento, a variação do nível e da qualidade dos aquíferos subterrâneos da área de influência direta do reservatório. A rede de monitoramento é composta por 07 piezômetros instalados nas principais bacias de contribuição do reservatório da UHE Corumbá IV. As campanhas de coleta de dados são trimestrais, sendo que a cada semestre realiza-se coleta de amostras de água subterrânea para análises físico-químicas e microbiológicas.



Conforme determinado pelo IBAMA, este monitoramento deveria perdurar por no mínimo mais 5 anos (2016), então foi encaminhado ao IBAMA em maio de 2019 um relatório final conclusivo com os resultados obtidos em 92 campanhas de monitoramento do Nível Freático e qualidade da água subterrânea, realizadas até o ano de 2018.

A partir da série histórica de 2004 a 2018 observa-se que o lençol freático sofreu elevação de seu nível após o enchimento do reservatório e, apesar de sofrer oscilação sazonal, a sua amplitude de variação apresenta uma tendência linear ao longo dos anos de acordo com o regime de operação do reservatório e de chuvas na região. De acordo com a literatura, a influência de um reservatório artificial tende a alcançar um equilíbrio após um certo tempo, o que já pode-se observar no reservatório da UHE Corumbá IV. Há uma clara ligação entre a profundidade registrada nos piezômetros de monitoramento e o nível da cota de operação do reservatório e regime de chuvas, como era esperado.

No que tange à qualidade da água subterrânea encontrada, a maioria dos parâmetros analisados estão de acordo com o padrão de potabilidade estipulado pela Portaria do Ministério da Saúde nº 2914/11.

## **Programa de Monitoramento e Controle de Macrófitas**

Em atendimento às condicionantes 2.1 (k) e 2.9 da LO, este programa visa acompanhar e controlar a evolução qualitativa e quantitativa das espécies de macrófitas. A dinâmica das macrófitas no reservatório da UHE Corumbá IV é influenciada por diversos fatores, sendo principalmente de natureza antrópica, visto que o reservatório, devido à sua extensão geográfica, possui diferentes cenários de uso e ocupação das microbacias hidrográficas de seus tributários, além de diversas fontes contaminantes.

O monitoramento para o acompanhamento e controle das macrófitas no braço dos rios Antas e Descoberto é realizado trimestralmente. Em 2019 foram retiradas, de uma embarcação ceifadora (420 Series Harvesters), cerca de 2.102,75 m<sup>3</sup> de macrófitas do espelho d'água. Destes, cerca de 46% foram transformados em adubo orgânico ensacado em sacos de 50 kg destinados a doações e utilizados em outros programas ambientais.

## **Programa de Monitoramento Sedimentológico**

Em atendimento às condicionantes 2.1 (c) e 2.4 da LO, este programa objetiva fornecer informações referentes ao aporte e deposição sedimentar dos principais afluentes do reservatório, através de Estações Hidrométricas (08 Automáticas e 01 Convencional), com o objetivo de manter o bom funcionamento e vida útil do reservatório. A implementação da rede de Estações Hidrométricas também visa atender a Resolução Conjunta ANA/ANEEL nº 03/2010, que determina a quantidade de Estações para cada empreendimento e exige o envio em tempo real dos dados hidrológicos coletados para o seu sistema de coleta de dados, disponível no site da ANA.

Para acompanhamento do aporte de sedimentos ao reservatório, as medições são realizadas trimestralmente à montante do reservatório. Em atendimento à Resolução, o monitoramento é realizado diariamente por meio de dados coletados por sensores automáticos e enviados por satélite para uma central terceirizada.

Com o intuito de atualizar a situação atual do reservatório, nos dias 21 a 24 de março de 2019 realizou-se um levantamento topobatimétrico nos conjuntos denominados seções de controle nos principais tributários do reservatório. Como resultado, foi identificada a deposição de material apenas nas regiões do rio Corumbá. No rio Descoberto e rio Areias não houve mudança na seção de área, mantendo-se o perfil de 2017. Já no rio Alagado, manteve-se o perfil de fundo do rio, com breves alterações.

## **Programa de Proteção à Ictiofauna**

Em atendimento às condicionantes 2.1 (j) e 2.14 da LO, este programa objetiva promover a conservação da ictiofauna e avaliar em caráter qualitativo e quantitativo a estrutura da comunidade ictiofaunística presente na área de influência da UHE Corumbá IV, e com base nesse conhecimento, buscar a redução dos impactos negativos deste empreendimento sobre a ictiofauna local.

Após a realização de 4 campanhas de monitoramento em 2018, o relatório conclusivo foi analisado pelo IBAMA em 2019. Após o recebimento do Parecer Técnico em agosto de 2019 a Companhia reiniciou o monitoramento de Ictiofauna em setembro de 2019, realizando a campanha em conformidade com as sugestões presentes no parecer. Durante a 1ª campanha de amostragem (setembro/19) do ciclo 2019, foram capturados 127 indivíduos de 15 espécies de peixes considerando os 7 pontos de amostragem. Essas espécies estão distribuídas entre três ordens e sete famílias. A Ordem mais representativa foi Siluriformes, com seis espécies, seguida das Ordens Characiformes, com cinco espécies e Perciformes com quatro espécies.

No relatório final do ciclo 2019, ainda em andamento, será possível analisar e comparar com campanhas anteriores e avaliar a comunidade de peixes quanto ao índice de diversidade, equitabilidade, constância de espécies, similaridade e curva do coletor também serão apresentados, além de avaliações sobre as estruturas das diferentes populações de diferentes espécies e suas atividades reprodutivas.

## **Programa da Fauna Silvestre**

Em atendimento às condicionantes 2.1 (i) e 2.12 da LO, o programa objetiva a identificação das espécies de herpetofauna e ornitofauna na APP e no trecho a jusante do barramento da UHE Corumbá IV. As informações pertinentes ao levantamento servirão para direcionar programas específicos, quanto às condições ambientais presentes nos ambientes, visando identificar e se necessário propor medidas que minimizem o impacto direto sobre os animais da região.

## Corumbá Concessões S.A.

### Meio Ambiente

A Companhia recebeu a aprovação do Plano de Trabalho em 2019 e deu andamento nas atividades propostas, estando nos trâmites da emissão da Autorização para Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico - ABIO, organização de pré-campo, entre outras questões necessárias ao início do monitoramento, conforme cronograma abaixo.

Composição	Mês											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Visita Técnica	X											
Planejamento das Atividades para Elaboração dos Estudos Ambientais	X											
Emissão da ABIO	X	X										
Pré-campo			X									
1º Campanha				X								
Diagnóstico 1º Campanha					X							
2º Campanha										X		
Diagnóstico 2º Campanha											X	
Relatório Final												X

### Programa de Fontes Contaminantes

Em atendimento às condicionantes 2.1 (f) e 2.8 da LO, em 2013 o IBAMA considerou a condicionante atendida e solicitou um relatório quinquenal conclusivo. Conforme solicitado, a Companhia elaborou um relatório conclusivo e encaminhou ao IBAMA em maio de 2019.

De acordo com o Relatório, a maior parte da carga orgânica e de nutrientes que aflui ao reservatório pode ser categorizada em três fontes majoritárias i) esgotos lançados in natura nos cursos d'água da bacia; ii) efluentes tratados das Estações de Tratamento de Estogo - ETEs existentes na bacia (com baixa remoção de nutrientes), e iii) as cargas difusas advindas das atividades agropecuárias.

Consequentemente, as medidas mitigadoras de maior eficácia, associadas ao controle das cargas afluente ao reservatório, poderiam também ser agrupadas em três categorias: i) implantação de redes de coletas de esgoto e de estações de tratamento de esgotos, que promovam adequada remoção de nutrientes, atendendo às áreas urbanas da bacia, ainda não atendidas por sistemas de esgotamento sanitário (sobretudo no Estado de Goiás); ii) controle dos efluentes das ETEs da bacia, com ampliação do nível de tratamento para uma maior remoção de nutrientes, inclusive a Estação de Tratamento de Água - ETA do Distrito Agroindustrial de Anápolis - DAIA em Anápolis (GO) e iii) incentivo às práticas de conservação de água e solo no espaço rural para controle das cargas difusas.

#### Principais Cargas

- Esgotos *in natura*
- ETEs com baixa remoção de nutrientes
- Atividades agropecuárias

#### Medidas mitigadoras

- Redes coletoras e tratamento de esgotos
- ETEs com maior nível de remoção
- Incentivo à práticas de conservação de água e solo no espaço rural

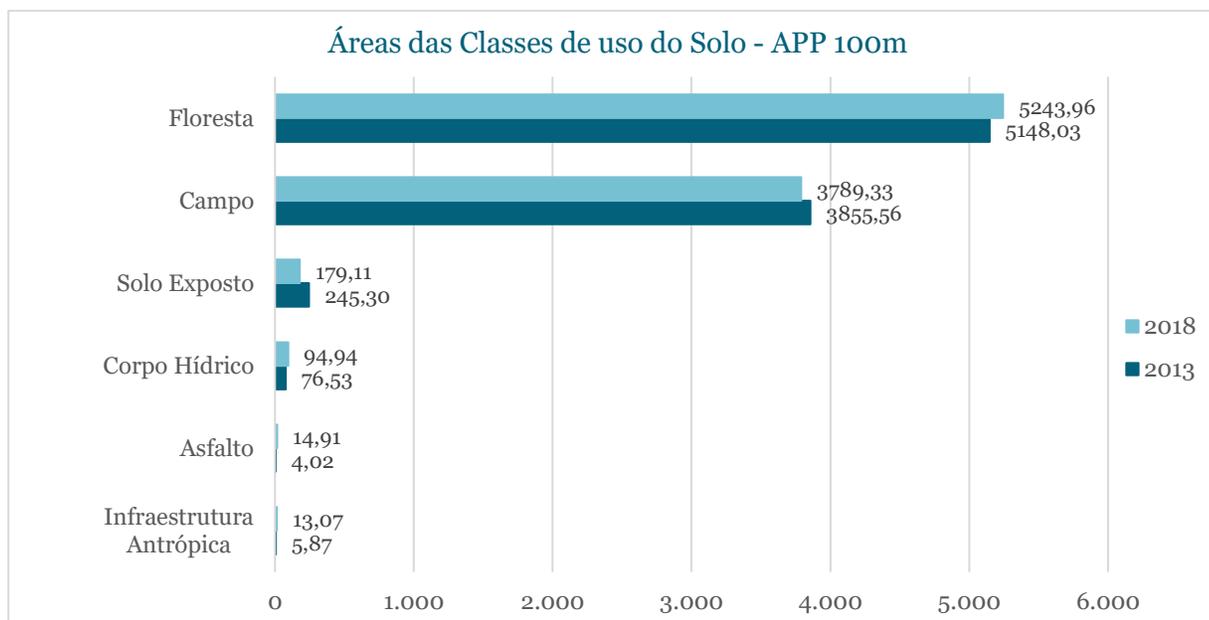
Destaca-se que as principais cargas afluentes ao reservatório e suas respectivas medidas mitigadoras não estão sob responsabilidade da Companhia. A implementação das medidas mencionadas anteriormente possui diferentes atores e responsáveis que incluem as Companhias de saneamento, serviços autônomos municipais, prefeituras, governos estaduais, produtores rurais e outros moradores da região.

### **Programa de Revegetação de APP**

Em atendimento às condicionantes 2.1 (I) e 2.11 da LO, este programa objetiva recuperar e revegetar Áreas de Preservação Permanente com espécies nativas do bioma Cerrado. Em 2019 a Companhia iniciou a produção de mudas nativas do bioma Cerrado em viveiro próprio com intuito de revegetar pontos prioritários da APP do reservatório utilizando como insumos aqueles provenientes da compostagem de Macrófitas Aquáticas, conforme condicionante 2.11 da referida Licença. O viveiro mede 240 m<sup>2</sup> e tem capacidade produtiva de 30 mil mudas de espécies floríferas e frutíferas do Cerrado.

Em 2019 foi realizado um novo levantamento por mapeamento da classificação de uso e ocupação do solo da área de APP em dois momentos: 2013 e 2018, utilizando-se imagens de satélite de alta resolução validando o método de caracterização da área de estudo através de 300 pontos de checagem in loco, apresentando o diagnóstico de mudança de cenário no período, apresentando análise geral, bem como análise por classe, indicando a dinâmica de uso do solo e condição de cobertura vegetal na APP da UHE Corumbá IV, podendo concluir que a taxa de sucesso de revegetação natural, consequência das atividades de controle, fiscalização e educação, é similar à intervenção direta, o levantamento é fundamental para um manejo de sucesso.

Com base na análise dos resultados do diagnóstico foi possível concluir que houve um incremento de cerca de 95 ha de floresta, resultando numa taxa de aproximadamente 20ha regenerados por ano. Considerando vegetação como sendo as classes “Floresta” e “Campo”, em 2013 a cobertura vegetal na faixa de APP da UHE Corumbá IV era de 96%, já em 2018 aumentou para 97%, o que indica um alto nível de conservação deste ambiente. Pode-se observar que comparando dois momentos de 2013 e 2018 foi possível concluir que a taxa de sucesso da revegetação natural em consequência das medidas qualitativas de manutenção da APP, é similar à intervenção direta.



## Corumbá Concessões S.A.

### Meio Ambiente

---

Conforme atestado em estudos anteriores a presença de gado na APP atrapalha o processo de revegetação, inviabilizando tecnicamente e economicamente a realização de ações de replantio na área de APP. Dessa forma, a Companhia vem apostando em medidas qualitativas para a manutenção da APP, como campanhas de fiscalização com o monitoramento diário do reservatório, realizando projetos de Educação Ambiental voltados para conservação do entorno do reservatório, executando o plantio de mudas nativas em nascentes, incentivando a construção de fossas biodigestoras e a capacitação de produção orgânica sustentável.

Visando identificar os melhores parâmetros de plantio, a Companhia realizou um plantio piloto em 2019 com as mudas nativas produzidas em viveiro próprio e adubo proveniente do processo de compostagem de macrófitas. A área em recuperação encontra-se a jusante da usina no município de Luziânia – GO, atualmente com solo exposto e pobre de nutrientes, proveniente da desconstrução de uma obra civil presente no local. O plantio piloto é fundamental para o direcionamento técnico da ação de revegetação, definindo os devidos serviços ambientais que serão realizados. Objetiva-se concluir que a ação conjunta do plantio de mudas e a regeneração natural possuem uma maior compatibilidade no processo de recuperação da área, obtendo melhores resultados e, portanto, sendo ideal sua aplicação na área em estudo. Nas áreas identificadas com potencial regeneração natural, a Companhia realizará o manejo que induza de forma direta a regeneração natural tais como controle de plantas competidoras, controle de formigas e adubação de cobertura.

Após os resultados obtidos no plantio será possível identificar parâmetros favoráveis para replicar a técnica em áreas prioritárias com solo exposto e sem presença de gado apresentada em módulos em diagnósticos anteriores.

### Programa de Monitoramento Sismológico

Em atendimento à condicionante 2.1 (b) da LO nº 514/2005, este Programa objetiva o monitoramento das atividades sísmicas eventualmente induzidas pela formação do reservatório. Em 2019 foi elaborado e encaminhado ao IBAMA um relatório do Observatório Sismológico da Universidade de Brasília.

Foram registrados nesse ano 6.785 eventos sísmicos distribuídos nas seguintes categorias: 1 evento local natural, 194 eventos locais artificiais, 5.969 eventos regionais artificiais, 144 eventos regionais naturais e 477 telessismos. Considerando-se a proximidade com a UHE Corumbá IV, esses eventos locais mostrados no relatório são de pequena magnitude e não apresentam risco à população e nem à barragem. A maioria dos eventos detectados são eventos regionais, acima de 150 km de distância, não apresentando possibilidade de causar danos à barragem. No período contemplado no referido relatório, apenas um evento natural local foi detectado e este apresentou uma distância de aproximadamente 130 km do reservatório e magnitude de 2,1 mR.

### Diagnóstico de Impacto Sociocultural e Econômico

O Programa continua em ação por meio dos outros programas de socioeconomia, visto que é transversal a todos os antigos “subprogramas”, sendo assim está em atendimento nos seguintes programas:

- *Energia com Responsabilidade Socioambiental;*
- *Educação ambiental;*
- *Revegetação da APP;*
- *Projeto de Alternativas Produtivas*

## **Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatórios Artificiais (Pacuera)**

Conforme solicitado pelo IBAMA, a divulgação do PACUERA está paralisada desde janeiro de 2014, estando suas diretrizes em andamento através de outros programas que seguem suas orientações.

### **Programa de Monitoramento Climatológico**

Em atendimento às condicionantes 2.1 (a) e 2.3 da LO, foi protocolado em março de 2014 o relatório consolidado e parecer técnico que apresentaram que não houve alteração no microclima da região de influência da UHE Corumbá IV. Dessa forma, solicitou-se o encerramento do monitoramento. Em junho de 2018 a Companhia encaminhou novo ofício reforçando o pedido de suspensão do programa.

### **Programa de Monitoramento dos Vetores**

Não houve atividade no Programa no ano de 2019. A Companhia encaminhou relatório conclusivo em outubro de 2013 e solicitou a suspensão do programa, mas não obteve resposta do IBAMA sobre sua continuidade. Em junho de 2018 a Companhia encaminhou novo ofício reforçando o pedido de suspensão do programa.

### **Visitas Técnicas Institucionais**

Com o objetivo de fornecer informações institucionais relacionadas à história da Usina Hidrelétrica Corumbá IV, sua estrutura, dados técnicos e seus programas de responsabilidade socioambiental, a empresa faz agendamentos de visitas acompanhadas de equipe especializada. No ano de 2019 foram recebidas cerca de 456 visitas na Usina.

<b>Mês</b>	<b>Mar</b>	<b>Abr</b>	<b>Mai</b>	<b>Jun</b>	<b>Ago</b>	<b>Set</b>	<b>Out</b>	<b>Total</b>
<b>Visitas</b>	32	63	19	132	111	42	57	<b>456</b>

# Corumbá Concessões S.A.



## Balço patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	Passivo e patrimônio líquido	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	23.756	68	Fornecedores (Nota 10)	2.825	3.630
Contas a receber (Nota 4)	15.755	18.240	Debêntures (Nota 11)	72.180	72.492
Adiantamentos	188	252	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	14.604	7.875
Tributos a recuperar (Nota 5)	7.106	544	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 13)	1.069	2.118
Despesas antecipadas (Nota 6)	995	976	Obrigações trabalhistas e sociais	672	586
Outros ativos (Nota 7)	205	2.757	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	1.220	2.458
	<u>48.005</u>	<u>22.837</u>	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	1.802	1.663
			Dividendos propostos (Nota 17 (c))	1.926	3.800
			Outros passivos	223	394
				<u>96.521</u>	<u>95.016</u>
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Realizável a longo prazo			Fornecedores (Nota 10)	131	131
Tributos diferidos (Nota 5)	42.724	45.928	Debêntures (Nota 11)	143.743	215.598
Tributos a recuperar (Nota 5)	979	979	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	7.341	19.403
Despesas antecipadas (Nota 6)	5.834	6.656	Provisão para causas judiciais (Nota 15)	48.732	48.329
Cauções e depósitos vinculados (Nota 11)	9.963	11.181	Compromisso com outorga – Uso do bem público (Nota 14)	27.027	26.883
	<u>59.500</u>	<u>64.744</u>	Pesquisa e desenvolvimento – P&D (Nota 13)	80	-
Imobilizado (Nota 8)	532.412	548.941	Obrigações tributárias (Nota 5 (c))	1.667	1.969
Intangível (Nota 9)	6.129	6.525	Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 16)	-	41.427
	<u>598.041</u>	<u>620.210</u>		<u>228.721</u>	<u>353.740</u>
			Patrimônio líquido (Nota 17)		
			Capital social	280.014	171.517
			Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 17 (d))	(16.292)	(16.292)
			Reservas de lucro (Nota 17 (e))	47.451	39.066
			Dividendo adicional proposto (Nota 17 (f))	9.631	-
				<u>320.804</u>	<u>194.291</u>
<b>Total do ativo</b>	<b>646.046</b>	<b>643.047</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>	<b>646.046</b>	<b>643.047</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Corumbá Concessões S.A.**
**Demonstração do resultado e do Resultado Abrangente**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

<b>Demonstração do resultado</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Operações continuadas</b>		
Receita líquida (Nota 19)	186.122	165.750
Custo dos serviços de energia elétrica (Nota 20)	(52.218)	(65.545)
<b>Lucro bruto</b>	<b>133.904</b>	<b>100.205</b>
<b>Resultado operacional</b>		
Despesas administrativas (Nota 21 (a))	(10.357)	(7.311)
Indenizações (Nota 15)	(60.502)	-
Outras receitas/despesas operacionais	(402)	150
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>62.643</b>	<b>93.044</b>
Receita Financeira (Nota 22)	1.730	2.091
Despesa Financeira (Nota 22)	(33.582)	(34.789)
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>30.791</b>	<b>60.346</b>
Imposto de renda e contribuição social – corrente (Nota 5 (b))	(7.312)	(13.986)
Imposto de renda e contribuição social – diferido (Nota 5 (b))	(3.203)	(6.360)
<b>Lucro Líquido do exercício</b>	<b>20.276</b>	<b>40.000</b>
<b>Quantidade de ações ao final do exercício – Em milhares</b>	<b>875.649</b>	<b>566.248</b>
<b>Lucro Líquido do exercício por lote de mil ações – Em reais</b>	<b>23,16</b>	<b>70,64</b>

<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>20.276</b>	<b>40.000</b>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
<b>Total dos Resultados Abrangentes do Exercício</b>	<b>20.276</b>	<b>40.000</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Corumbá Concessões S.A.



### Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucro/Prejuízo	
			Legal	Retenção de lucros		acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>171.517</b>	<b>(16.292)</b>	<b>294</b>	<b>2.238</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>157.757</b>
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	40.000	40.000
Constituição de Reservas (Nota 17 (e))	-	-	2.000	34.200	-	(36.200)	-
Dividendos propostos (Nota 17 (c))	-	-	-	-	-	(3.800)	(3.800)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>171.517</b>	<b>(16.292)</b>	<b>2.294</b>	<b>36.438</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>193.957</b>
Integralização de Capital (AGE 20/12/2019)	108.497	-	-	-	-	-	108.497
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	20.276	20.276
Constituição de Reservas (Nota 17 (e))	-	-	1.014	7.705	-	(8.719)	-
Dividendo adicional proposto (Nota 17 (f))	-	-	-	-	9.631	(9.631)	-
Dividendos propostos (Nota 17 (c))	-	-	-	-	-	(1.926)	(1.926)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>280.014</b>	<b>(16.292)</b>	<b>3.308</b>	<b>44.143</b>	<b>9.631</b>	<b>-</b>	<b>320.804</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Corumbá Concessões S.A.**
**Demonstração do fluxo de caixa – Método Indireto**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	30.792	60.347
Ajustes		
Depreciação e amortização	17.619	18.037
Constituição de provisões	402	(150)
Indenização da sentença arbitral	60.502	-
Juros, variações monetárias sobre empréstimos	24.701	32.697
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	2.485	968
Fornecedores	805	(195)
Tributos a recuperar	(6.562)	2.760
Despesas antecipadas	803	854
Outros ativos e passivos	4.653	(2.360)
<b>Caixa proveniente das operações</b>		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(14.463)	(13.485)
Juros pagos	(22.440)	(27.279)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>99.297</b>	<b>72.194</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades investimentos</b>		
<b>Aquisições de bens do ativo imobilizado (*)</b>		
Outros	(776)	(983)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades investimentos</b>	<b>(776)</b>	<b>(983)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortização de financiamentos	(78.633)	(73.414)
Captação de recursos (Nota 12)	-	1.330
Dividendos pagos	3.800	682
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>	<b>(74.833)</b>	<b>(71.402)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.688</b>	<b>(191)</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>68</b>	<b>259</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>23.756</b>	<b>68</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Informações gerais

A Corumbá Concessões S.A. (“Companhia”) foi constituída em 6 de setembro de 2000 e tem por objeto social a atividade de exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Corumbá IV, através de um empreendimento de construção e exploração de geração de energia elétrica da USINA CORUMBÁ IV, situado no rio Corumbá, no Município de Luziânia, Estado de Goiás, para a produção de energia elétrica e demais obras complementares.

O Contrato de Concessão nº 93/2000, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 8 de dezembro de 2000, garante à Companhia o direito de exploração do potencial de energia elétrica da Central Geradora Corumbá IV, com potência instalada de 127 MW. O Contrato de Concessão prevê que a energia elétrica produzida pela Central Geradora Corumbá IV pode ser comercializada ou utilizada pela Companhia. A Concessão tem prazo original de 35 anos, podendo ser prorrogada ao final, tendo sido estendido em 533 dias pela repactuação do risco hidrológico (95 dias) e pelo Despacho nº 283/2017, publicado no DOU em 02 de fevereiro de 2017, onde foi deferido o pedido de recomposição do prazo da outorga com extensão por 438 dias, mediante aditamento ao Contrato de Concessão nº 93/2000-ANEEL, estendendo o mesmo até 23 de maio de 2037.

A Companhia obteve a Licença de Operação – LO em 22 de dezembro de 2005 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. A geração comercial da 2ª unidade iniciou-se em 01 de abril de 2006 e da 1ª unidade no dia 8 de abril de 2006. Na data de 18 de abril de 2012 o IBAMA divulgou o documento, renovando a Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, com validade de 18 de abril de 2012 a 26 de março de 2020. Após novos estudos de viabilidade técnica, na data de 26 de março de 2014, foi emitida a 1ª Retificação da Licença de Operação nº 514/2005 – 1ª Renovação, autorizando o alteamento da cota de operação máxima normal para 842,60m. Com o aumento da cota máxima operacional da barragem em + 0,60 m (842,6 m total), a garantia física da Companhia passou de 76 MW médios para 78,6 MW obtidos (0,6 MW relativos ao ganho local e 2,0 MW relativos aos ganhos de energia na cascata - benefício indireto - ao fim de 2017. A partir de janeiro de 2018, a garantia física total foi reduzida para 75,2 MW médios dado revisão ordinária realizada pelo Ministério de Minas e Energia – MME (Portaria nº 387, de 19 de dezembro de 2017, da Secretária de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2017). Em 06 de dezembro de 2019, de acordo com a Portaria 352 do Ministério de Minas e Energia (MME), a garantia física foi aumentada para 75,3 MW como consequência do aumento de potência instalada para 129,2 MW anuído pela ANEEL em 31 de maio de 2019 (Nota Técnica 346/2019-SCG).

A Companhia atua focada nas metas e ações correspondentes, definidas pelo Conselho de Administração, através dos planos de negócios aprovados, administrando seus recursos de forma otimizada, procurando progressivamente adequar sua estrutura patrimonial e prazos, rentabilizando o empreendimento. Dentre as principais ações tomadas e previstas pela administração buscando esses objetivos, destacam-se:

- . Redução do custeio a níveis de excelência;
- . Otimizar os resultados da operação comercial, inclusive atuando sobre ações anteriores no intuito de buscar melhorias operacionais;
- . Buscar parcerias com órgãos regulatórios de forma a vislumbrar alternativas de eficientização energética;
- . Firmar parcerias junto às comunidades vizinhas e órgãos de fiscalização de forma a manter o lago e seu entorno preservado ambientalmente;
- . Rebalancear o capital de giro líquido, reduzindo a captação com terceiros progressivamente e os custos de financiamentos, adequando à capacidade de geração de caixa operacional;
- . Investir em processos de governança corporativa (código de ética, manual do fornecedor, processo de compras e contratos, Intranet Corporativa, etc.); e

## Notas explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

- . Buscar aumentos de receitas na geração de energia elétrica, via aumento de energia assegurada e aumento do prazo de concessão.

A Companhia na condição de associada da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, foi beneficiada em julho/2015 pela liminar proferida nos autos do processo nº. 34944-23.2015.4.01.3400, em trâmite na 20ª Vara Federal, que teve por objeto o fim da cobrança das Liquidações Financeiras associadas ao aumento do GSF (“Generating Scaling Factor”). Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico (“seguro” contra GSF) oportunizada pela Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia após estudos técnicos, e as devidas aprovações nas esferas competentes, optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 95 dias. Com a opção de repactuação, a Companhia desiste da liminar judicial que a protegia do GSF (Nota 6).

## **2 Resumo das principais políticas contábeis**

### **2.1 Base da preparação**

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em 24 de Março de 2020.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e normas aplicáveis às empresas concessionárias do serviço público de energia elétrica, estabelecidas pelo Poder Concedente, Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, e evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à revisão das vidas úteis do ativo imobilizado, recuperação de impostos de renda e contribuição social e outros impostos. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas (Nota 2.17).

### **2.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os saldos em caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### **2.3 Ativos circulante e não circulante**

Os direitos são demonstrados pelos valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridos e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.

## **Corumbá Concessões S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.4 Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime de competência.

#### **2.5 Ativos financeiros**

##### **Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: empréstimos e recebíveis e em ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, no reconhecimento inicial, determinado pela administração.

##### **Empréstimos e recebíveis**

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os recebíveis da Companhia compreendem contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

##### **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem. Estão incluídas nessa categoria as aplicações financeiras classificadas em Caixa e equivalentes de caixa.

##### **Mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros, mensurados ao valor justo através do resultado, são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

## **Corumbá Concessões S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

#### **2.6 Contas a receber**

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial, pelo valor presente e deduzidas, quando for o caso, da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para crédito de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Não há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores de acordo com os prazos originais das contas a receber.

#### **2.7 Redução ao valor recuperável de ativos**

O imobilizado e outros ativos não monetários são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável será calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa. Não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis nesses ativos.

#### **2.8 Intangível**

As relações contratuais e o Direito de Uso do Bem Público - UBP, são reconhecidas pelo valor justo, têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante o período de concessão.

#### **2.9 Imobilizado**

A Companhia registra seus bens pelo custo de aquisição em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pela Resolução Normativa-ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, sendo depreciados pelo método linear com base na vida útil econômica estimada, conforme às taxas mencionadas na Nota 8.

Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado foram capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

#### **2.10 Contas a pagar aos fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### **2.11 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no recebimento dos recursos líquidos dos custos da transação. Estão demonstrados pelos valores devidos de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

## **Corumbá Concessões S.A.**

### **Notas explicativas da administração às demonstrações**

#### **Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Os empréstimos e financiamentos são classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data-base do balanço. A taxa efetiva é de 128% do CDI (Nota 11 e 12).

#### **2.12 Provisões**

Provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando:

- . a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados;
- . é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- . o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação, relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### **2.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferença entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando-se alíquotas de tributos (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável, sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

#### **2.14 Compromisso de outorga – Uso do bem público**

O saldo de compromisso de outorga é registrado pelo valor presente das contraprestações das obrigações constantes no contrato de concessão.

## Corumbá Concessões S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 2.15 Passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

#### 2.16 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital realizados, sem que haja a possibilidade de sua devolução, são registrados no Patrimônio Líquido, após a conta de capital social. Caso haja qualquer possibilidade de sua devolução, são registrados no Passivo Não Circulante.

#### 2.17 Estimativas e premissas críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, estão contempladas a seguir.

#### Revisão da vida útil do ativo imobilizado

Para estimativas referentes ao tempo de vida útil do ativo imobilizado, utilizamos as taxas da Resolução Normativa nº 367 da ANEEL de forma prospectiva.

#### Recuperação do imposto de renda, contribuição social e outros impostos diferidos

Julgamento e estimativas significativos da administração são requeridos para determinar o valor dos tributos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

A Companhia, estima por meio de estudos financeiros internos que a implementação do plano de ação referente em conjunto com os resultados positivos de suas operações, gerarão lucro tributário que será suficiente para compensar os tributos diferidos (base negativa e prejuízos fiscais) no prazo aproximado de 2 anos.

### 3 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa	7	4
Banco BTG Pactual – Conta (i)	23.685	11
Banco do Brasil S.A. – Conta corrente	56	53
Outros	8	-
	<b>23.756</b>	<b>68</b>

(i) Em 2018, o saldo não contém a última parcela da fatura de fornecimento da CEB Distribuição S.A. devido ao efeito calendário de recebimento.

## Corumbá Concessões S.A.



### Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 4 Contas a receber

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
CEB Distribuição S.A. (i)	15.755	18.240
	<u>15.755</u>	<u>18.240</u>

(i) Referem-se aos valores a receber provenientes do fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., de acordo com o Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado em 7 de março de 2002 e seus termos aditivos. O saldo em 2018 contém o valor parcial da fatura emitida em novembro de 2018, que não foi quitada no vencimento, tendo sido paga em janeiro de 2019.

#### 5 Tributos

##### (a) Tributos a recuperar e diferidos

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Imposto de renda e contribuição social (i)	48.731	45.928
PIS e COFINS a recuperar	346	-
Outros	1.732	1.523
	<u>50.809</u>	<u>47.451</u>
Circulante	(7.106)	(544)
Não Circulante	43.703	46.907
Diferidos	42.724	45.928
Outros	979	979

(i) Incluem valores referentes ao Imposto de renda e contribuição social sobre o prejuízo fiscal, base negativa e diferença temporária adoção Lei 12.973/2014. Projeções internas indicam a realização do ativo fiscal diferido, relacionado ao prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 22.872 nos próximos 2 anos. Da mesma forma, os créditos de diferença temporal que totalizam R\$ 19.852.

##### (b) Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal está demonstrada a seguir:

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	30.791	60.346
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação – Despesa (Benefício)	10.469	20.518
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Ajustes permanentes	206	(123)
Despesas indedutíveis		
Provisão para riscos e passivos contingentes	(136)	(51)

## Corumbá Concessões S.A.



### Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Prejuízo fiscal compensado no exercício	(3.134)	(6.103)
Outras	(93)	(255)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - corrente</b>	<b>7.312</b>	<b>13.986</b>

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Resultado Fiscal do Exercício	9.218	17.951
Provisão para riscos e passivos contingentes	(402)	(150)
Outros	604	905
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - diferido</b>	<b>3.203</b>	<b>6.360</b>

#### c) Obrigações Tributárias

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Imposto de renda e contribuição social – corrente	-	1.345
PIS e COFINS corrente	575	534
Retenções	228	159
Parcelamentos	2.033	2.360
Outros	51	29
	<b>2.887</b>	<b>4.427</b>
Circulante	(1.220)	(2.458)
Não Circulante (i)	1.667	1.969

(i) Refere-se a parcelamento de tributos pelo prazo de 9 anos.

#### 6 Despesas antecipadas

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Repactuação (GSF) (i)	6.658	7.480
Outras	171	152
	<b>6.829</b>	<b>7.632</b>
Circulante	(995)	(976)
Não Circulante	5.834	6.656

(i) Repactuação Risco Hidrológico (GSF) – movimentação do ativo regulatório.

**Notas explicativas da administração às demonstrações**

**Exercícios findos em 31 de dezembro**

**Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo inicial em 1º de janeiro	7.480	8.301
Amortização	<u>(822)</u>	<u>(821)</u>
	<b>6.658</b>	<b>7.480</b>
Circulante	<u>(824)</u>	<u>(824)</u>
Não circulante	<u>5.834</u>	<u>6.656</u>

De janeiro até julho de 2015 a Companhia registrou despesas importantes com as liquidações financeiras mensais no MRE (R\$31.725) explicado pela ocorrência de valores elevados de GSF (“Generation Scalling factor”) – que reduz a energia assegurada da Usina - aliado a preços de liquidação das diferenças (PLD) majorados pelo despacho de usinas térmicas. A partir desta data, contudo, a Companhia em ação coletiva (Ação n. 0034944-23.2015.4.01.3400 em trâmite na 20ª Vara Federal) por intermédio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes (APINE), conseguiu liminar suspendendo os pagamentos relativos às retrocitadas liquidações financeiras, por entender que essas se situavam acima dos valores razoáveis.

Com a alternativa de repactuação do risco hidrológico (“seguro” contra GSF) oportunizada pela MP 688 e posterior Lei 13.203/2015, bem como as normatizações estabelecidas pela ANEEL, a Companhia optou por assinar a repactuação hidrológica com o produto SP90 (consolidada no despacho ANEEL nº 215 de janeiro de 2016), que, em linhas gerais, limita o risco hidrológico (GSF) futuro a um montante máximo de perda de 10% da sua energia assegurada, isenta a Companhia do pagamento do prêmio desse seguro até 07 de dezembro de 2035 e, ainda, estende a Concessão em 36 dias, passando a mesma para 23 de maio de 2037. Com a opção de repactuação, a Companhia abre mão da liminar judicial que a protegia do GSF.

Como a Lei 13.203/2015 retroage a janeiro de 2015, seus efeitos no balanço energético da Companhia e os consequentes lançamentos contábeis, devem ser então considerados também como se os mesmos fossem válidos desde essa data, de acordo com a classe de produto de “seguro” escolhido (SP90). Como o produto de seguro escolhido limitou o risco da Companhia em 10% (de redução da energia assegurada pelo GSF) ainda em 2015, foi calculado pelo Anexo 2 da Resolução Normativa ANEEL nº 684, que a Companhia faria jus a uma compensação financeira relativa aos valores a maior pagos/provisionados à título de liquidação financeira em 2015. Isto é, esta compensação tenta anular os efeitos financeiros de tudo que foi pago ou provisionado para as liquidações do MRE que excederam o teto estabelecido pelo produto SP90 (descontados os pagamentos de prêmio de seguro do ano de 2015). Dessa forma, segundo o Anexo 2 da Resolução Normativa ANEEL nº 684, a Companhia tem direito a uma compensação total de R\$ 9.947, contabilizado em 2015. Este valor será amortizado em 11 anos.

**7 Outros ativos**

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Banco Bradesco – Garantia CCEE (i)	1	732
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D (ii)	165	2.010
Outros	<u>39</u>	<u>15</u>
	<b>205</b>	<b>2.757</b>

(i) Refere-se à garantia de curto prazo depositada no Banco Bradesco (custodiante da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE) para fazer face às exigências desta Câmara, no que diz respeito à Liquidação Financeira de energia no MRE.

(ii) Refere-se aos serviços em curso dos projetos de P&D em desenvolvimento. Sem projeto ainda em 2019.

## Corumbá Concessões S.A.



### Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 8 Imobilizado

##### (a) Composição

			31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	(*) Taxa média anual de depreciação %
<b>Imobilizado em serviço – Usina</b>					
Terrenos	509	-	509	818	
Reservatório, barragens e adutoras (i)	569.596	(139.320)	430.276	441.114	2,78
Máquinas e equipamentos (ii)	169.454	(70.322)	99.132	104.212	4,55
Veículos e embarcações	3.222	(1.529)	1.693	2.052	14,08
<b>Imobilizado em serviço – Administração</b>					
Computadores e periféricos	743	(409)	334	245	16,67
Móveis e utensílios	224	(182)	42	38	6,28
Outros	833	(407)	426	462	19,62
	<b>744.581</b>	<b>(212.169)</b>	<b>532.412</b>	<b>548.941</b>	

(i) Inclui, entre outros, obras civis executadas pelo acionista Serveng Civilsan S.A. por meio de contrato de empreitada a preço fechado.

(ii) Refere-se às turbinas e equipamentos relacionados. A depreciação vem sendo calculada com base em taxa média determinada pela ANEEL.

(\*) Os percentuais utilizados são calculados com base em taxa determinada pela ANEEL, sendo que os valores residuais deverão ser indenizados pela União em caso de não renovação da concessão ao final do prazo de 36,4 anos.

Os valores da tabela acima atendem a Resolução Normativa nº 674 da ANEEL de forma prospectiva.

##### (b) Movimentação

	2019	2018
Saldo inicial em 1º de janeiro	548.941	565.621
Aquisições	776	983
Baixas	(285)	(170)
Depreciação (i)	(17.020)	(17.493)
	<b>532.412</b>	<b>548.941</b>

(i) Em 2018 houve reclassificação de terrenos, onde verificamos que se referem a propriedades alagadas para fins de formação do reservatório artificial da UHE Corumbá IV pois são terrenos sem valor comercial, nos termos da Resolução Normativa nº 367/2009.

#### 9 Intangível

##### (a) Composição

			31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxa média anual de amortização %
Contrato de conexão (i)	744	(268)	476	506	2,9
Direito de uso do bem público (ii)	12.865	(7.212)	5.653	6.019	2,9
	<b>13.609</b>	<b>(7.480)</b>	<b>6.129</b>	<b>6.525</b>	

## Corumbá Concessões S.A.



### Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Refere-se ao valor presente líquido dos encargos de conexão à rede de distribuição associados à transferência patrimonial de bens (Subestação de Santa Maria) para a CEB Distribuição S.A.
- (ii) Refere-se ao valor do contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público (UBP) reconhecidos desde a assinatura do contrato de concessão pelo seu valor original e amortizado pelo prazo da concessão.

#### (b) Movimentação

	2019	2018
Saldo inicial em 1º de janeiro	6.525	6.921
Amortização	(396)	(396)
	<u>6.129</u>	<u>6.525</u>

#### 10 Fornecedores

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Hedge Energético (i)	1.243	1.615
Diversos	1.582	2.015
Terrenos	131	131
	<u>2.956</u>	<u>3.761</u>
Circulante	(2.825)	(3.630)
Não circulante	131	131

(i) Giro do contas a pagar do Hedge (7,5 MW)

#### 11 Debêntures

O valor da garantia exigida pelo contrato de debêntures, conforme descrito anteriormente, está registrado na rubrica Cauções e depósitos vinculados no montante de 31 de dezembro de 2019 - R\$ 9.963 (31 de dezembro de 2018 - R\$11.181), no ativo.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Debêntures 2ª emissão – valor principal (*)	215.588	287.446
Encargos	335	644
	<u>215.923</u>	<u>288.090</u>
Circulante	(72.180)	(72.492)
Não circulante	<u>143.743</u>	<u>215.598</u>

(\*) Valores líquidos da comissão de estruturação (R\$3.163), os quais serão diferidos pelo prazo da operação. A redução do montante segue cronograma de amortização previsto na escritura.

# Corumbá Concessões S.A.



## Notas explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Debentures 1ª série	Debentures 2ª série
Saldo em 31/12/2018	106.644	181.446
Amortização (Principal + juros)	(43.683)	(49.313)
Juros	9.064	10.700
Comissão de estruturação	597	468
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>72.622</b>	<b>143.301</b>

#### 2ª Emissão - 2014

A 2ª Emissão de debêntures, não conversíveis em ações da Companhia, é dividida em duas séries, uma Primeira Série da espécie quirografária com garantia fidejussória e real adicionais, a ser convolada em da espécie com garantia real e com garantia fidejussória adicional; enquanto as Debêntures da Segunda Série serão da espécie quirografária, a ser convolada em da espécie com garantia real, cuja emissão foi aprovada na 1ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de novembro de 2014.

As Debêntures foram objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação no montante total da Emissão, com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”). Como banco liquidante e escriturador/mandatário o Bradesco S/A.

#### Características da Emissão:

Valor Nominal Unitário: R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais);

Quantidade de Debêntures: 963 (Novecentas e sessenta e três) Debêntures, sendo 540 (Quinhentas e quarenta) debêntures relativas à primeira série (“Debêntures da Primeira Série”) e 423 (Quatrocentas e vinte e três) Debêntures relativas à segunda série (“Debêntures da Segunda Série”);

Séries: A Emissão foi realizada em 02 (duas) séries;

Remuneração: equivalente a 128,0% da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo (Taxa DI-Over);

Valor Total da Oferta Restrita: R\$481.500.000,00 (Quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil reais);

Data de Emissão: 19 de dezembro de 2014;

Data de Integralização: 19 de dezembro de 2014;

Forma de Integralização: A integralização foi realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional por meio de procedimentos do Módulo de Distribuição de Ativos - MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”);

Prazo de Vencimento: As Debêntures terão prazo de vencimento de 8 (oito) anos, contados da data de emissão;

Data de Vencimento: 19 de dezembro de 2022;

Banco Escriturador e Mandatário: Banco Bradesco S.A.;

Coordenadores Líderes: Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco Bradesco BBI S.A. (“BBI” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores”);

Agente Fiduciário: Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários;

Código CETIP: Série 1 (“CRUM 12”) e Série 2 (“CRUM 22”).

Destinação dos Recursos: Os recursos captados com a Emissão foram utilizados para amortização de dívidas da Companhia, incluindo dívidas bancárias BNDES/BB e debêntures 1ª emissão e de processos judiciais e reforço do capital de giro;

## **Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal Unitário: o pagamento do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Primeira Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas em 94 (noventa e quatro) parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira devida em 19 de março de 2015 (inclusive). O pagamento reprogramado do Valor Nominal Unitário referente às Debêntures da Segunda Série será realizado pela Emissora aos Debenturistas a partir do 36º (trigésimo sexto) mês contado da Data de Emissão, ou seja, a partir de 19 de dezembro de 2017 (inclusive), em 11 (onze) parcelas semestrais iguais e sucessivas, ocorrendo todo o dia 19 dos meses de junho e dezembro de cada ano, conforme o 3º (terceiro) Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª (segunda) Emissão de Debêntures, assinado em 09 de junho de 2016;

Periodicidade de Pagamento da Remuneração: A remuneração das debêntures será paga mensalmente em parcelas iguais e sucessivas, a partir da data de emissão até a data de vencimento das Debêntures;

Garantias/Garantidoras: Como garantia real em cumprimento às obrigações, principais e acessórias: (i) Alienação Fiduciária (a) de 146.953.256 (cento e quarenta e seis milhões, novecentas e cinquenta e três mil e duzentas e cinquenta e seis) ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Serveng e da C&M (“Garantidoras”), representativas, nesta data, de 25,95% (vinte e cinco inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) do capital social da Companhia (“Percentual Alienado” e “Ações”, respectivamente); e (ii) Cessão Fiduciária de (a) todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão do Complexo Energético Corumbá IV, incluindo, sem limitar, os direitos creditórios bem como todos os demais direitos, corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, decorrente da exploração da Concessão e que possam ser objeto de cessão fiduciária em garantia de acordo com as normais legais e regulamentares aplicáveis e os direitos emergentes da Concessão, cujos valores deverão ser depositados na Conta Centralizadora (“Direitos Emergentes da Concessão”) e (b) de todos os valores que venham a ser depositados em determinada conta centralizadora na qual deverão necessariamente ser depositados e transitar todos e quaisquer direitos, presentes e/ou futuros, decorrentes, relacionados e/ou emergentes do Contrato de Concessão (“Conta Centralizadora”) e a Conta Centralizadora, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia Sob Condição Suspensiva (“Direitos Creditórios Cedidos” e “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios”, respectivamente); (iii) exclusivamente para a 1ª série (a) Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos listados no Contrato de Alienação Fiduciária de Máquinas e Equipamentos em Garantia Sob Condição Suspensiva, celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário (b) Como garantia das Debêntures da Primeira Série, cessão fiduciária de determinada conta corrente em garantia de titularidade da Companhia onde deverão ser depositados e mantidos, recursos referentes a, no mínimo, 3 (três) parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série (“Conta Garantia” e “Valor Mínimo da Conta Garantida”), observados os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e outras Avenças, e, alternativamente à Cessão Fiduciária de Conta Garantia, em garantia das obrigações assumidas pela Companhia em relação aos Debenturistas da Primeira Série, fica contratação de carta de fiança bancária pela Companhia em valor equivalente ao Valor Mínimo da Conta Garantida (c) Ainda em garantia das debêntures 1ª série, “Garantia Fidejussória” onde a Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A., por ato específico e na melhor forma de direito, se obriga solidariamente com a Emissora pelo valor de R\$ 135.000 (cento e trinta e cinco milhões de reais) (“Valor da Fiança Corporativa”).

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

Covenants Financeiros:

	Ano	Índice Meta	Índice Realizado
<b>Dívida Líquida/ (EBITDA)</b> <b>(“Índice Financeiro Dívida Líquida”)</b> <b>Não ultrapasse os seguintes índices nos anos indicados:</b>	2016	4,7	4,39
	2017	3,5	4,88
	2018	2,7	2,7
	2019	2,7	1,5
<b>Dividendos Recebidos/ Serviço da Dívida das Debêntures</b> <b>(“Índice Financeiro Serviço da Dívida”)</b>	2016 a 2022	Menor a 1,3x	0,0042 (2016) 0,0065 (2017) 0,0380 (2018) 0,1243 (2019)

**12 Empréstimos e financiamentos**

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste (a)	530	1.019
Contratos de Mutuo (b)	21.415	24.929
Banco Bradesco (c)	-	1.330
	<b>21.945</b>	<b>27.278</b>
Circulante	(14.604)	(7.875)
Não circulante	7.341	19.403
<b>Movimentação</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Saldo inicial em 1º de janeiro	27.278	24.265
Principal	-	1.330
Juros	3.908	3.438
Amortização	(9.241)	(1.755)
	<b>21.945</b>	<b>27.278</b>

(a) A Companhia desenvolve o Programa de Monitoramento e Controle de Macrófitas no Reservatório da UHE Corumbá IV, determinado nas condicionantes Licença de Operação. Como alternativa a este processo de remoção manual, a Companhia optou pela importação do Sistema de Remoção de Macrófitas composto de Barco Ceifador de Plantas Aquáticas e respectiva Esteira de Transferência de Carga. Para operacionalização desta aquisição foi firmada a Cédula de Crédito Industrial N° 40/01098-8 junto ao Banco do Brasil S.A. em 21 de dezembro de 2015, mediante recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste - FCO, conforme condições abaixo detalhadas:

Vigência: 60 meses (desde dezembro de 2015)

Carência: 12 meses para as parcelas de amortização, com juros trimestrais durante este período de carência

Garantia: o próprio equipamento importado

Taxa Efetiva: 11,18 % a.a. (com bônus de adimplência de 15%)

(b) Em 2016, foram firmados contratos de mútuo com acionistas garantidores no valor total de R\$ 6.750 (firmado em Agosto/2016) a uma taxa de IGPM + 1% a.m compostos com prazo total de pagamento de 5 anos, sendo 36 meses de carência total e 24 meses de amortização.

Em dezembro de 2017, foram novamente firmados mútuos com acionistas garantidores no valor total de R\$ 13.500, sendo R\$ 9.740 a uma taxa de 128% CDI a.a. e R\$ 3.760 a uma taxa de IGPM + 12% a.a. (juros simples). O prazo total de pagamento será em 42 meses, sendo 18 meses de carência total e 24 meses de amortização.

(c) Utilização em dezembro de 2018 de conta garantida, tendo em vista não recebimento da 3ª parcela do PPA, dado efeito calendário/dia útil.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
Exercícios findos em 31 de dezembro**  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**13 Pesquisa e Desenvolvimento – P&D**

A Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica. O art. 2º da mencionada lei estabelece que as concessionárias de geração e empresas autorizadas à produção independente de energia elétrica ficam obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico. Conforme dispõe o artigo 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, os investimentos em P&D acima descritos devem ser realizados da seguinte forma:

- . 0,4% dos recursos devem ser depositados no FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico;
- . 0,4% para projetos de P&D segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL;
- . 0,2% são recolhidos para o MME (Ministério de Minas e Energia).

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
FNDCT – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e tecnológico	117	107
P&D	973	1.957
MME (Ministério das Minas e Energia)	<u>59</u>	<u>54</u>
	<b>1.149</b>	<b>2.118</b>
Circulante	<u>(1.069)</u>	<u>(2.118)</u>
Não circulante	<u>80</u>	<u>-</u>

**14 Compromisso com outorga – Uso do bem público**

A obrigação pelo uso do bem público originada da assinatura do Contrato de Concessão nº 01/2000 é devida mensalmente até o término do prazo de concessão com pagamentos mensais de R\$ 132 corrigidos anualmente pelo IGP-M, assim como, todo o saldo devedor da obrigação.

A administração da Companhia, de acordo com a OCPC 05, decidiu reconhecer um ativo intangível (Nota 9) em contrapartida à obrigação assumida, uma vez que o contrato de concessão na modalidade de Uso do Bem Público - UBP não é um contrato a executar, pois o Poder Concedente executou a parte que lhe cabia ao disponibilizar o acesso à infraestrutura existente, enquanto a Companhia assumiu o compromisso de efetuar os pagamentos contratuais por essa concessão.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Circulante	1.802	1.663
Não circulante	<u>27.027</u>	<u>26.883</u>
	<b>28.829</b>	<b>28.546</b>

## Corumbá Concessões S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações

#### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 15 Provisão para causas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível e trabalhista. A administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona integralmente os processos cujos riscos de perdas sejam classificados como prováveis.

As provisões para causas judiciais constituídas, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

##### a) Composição (causas prováveis)

	Provisão para causas judiciais	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saneago (i)	45.947	45.947
IBAMA (ii)	1.904	1.904
Desapropriação (iii)	331	331
Outros	550	147
	<u>48.732</u>	<u>48.329</u>

##### (b) Movimentação da provisão

	2019	2018
Saldo inicial em 1º de janeiro	48.329	48.479
Baixas/Reversões	-	(278)
Constituições	403	128
	<u>48.732</u>	<u>48.329</u>
Saldo final em 31 de dezembro	<u>48.732</u>	<u>48.329</u>

De acordo com as práticas de governança corporativa e em linha com CPC 25, a Companhia possui o Comitê de Risco composto pelos escritórios de advocacia que prestam serviços à Companhia e pela administração. Durante o exercício de 2019, o Comitê mapeou todas as ações em curso, associando às mesmas probabilidades de sucesso, bem como decidiu estratégias de atuação individuais. O Comitê se reúne trimestralmente para reavaliar os riscos e promover ajustes quando necessário. A Companhia, na avaliação das suas causas judiciais, procurou sempre se ater à essência do risco e sua probabilidade de dano à Companhia.

#### Passivo Contingente – Ressarcimento e perdas e danos

##### (i) SANEAGO

Ação de cobrança movida por SANEAMENTO DE GOIÁS S/A – SANEAGO em desfavor da Companhia, distribuída em 16 de novembro de 2006, cujo pleito principal visava o ressarcimento/indenização de uma estação de captação de água bruta situada originalmente no Rio Corumbá e submersa pelo enchimento do lago da UHE Corumbá IV. SANEAGO sustenta que os prejuízos devidos pela Companhia eram de R\$ 24.021, orçado em outubro de 2006. A sentença julgou parcialmente procedente o pedido da SANEAGO, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização equivalente ao custo atual da obra submersa, nas mesmas dimensões e capacidades do fim específico, a ser apurado em procedimento de liquidação de sentença, com o auxílio de peritos judiciais e assistentes técnicos das partes. A condenação incluí mais

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

10% de honorários de sucumbência em favor da SANEAGO. Em 12 de maio de 2015, foi distribuída pela SANEAGO ação de liquidação de sentença, Processo nº 2015.01.1.053547-3, em curso na Décima Quarta Vara Cível de Brasília, na qual deverá ser apurado o valor real dos prejuízos materiais sofridos pela SANEAGO. O juízo nomeou três peritos oficiais para promoverem a perícia, sendo um engenheiro civil, um engenheiro mecânico e um economista. As partes nomearam assistentes técnicos e apresentaram quesitos. Em 19 de setembro de 2016, foi realizada audiência de conciliação para tentativa de acordo entre as partes, a qual restou frustrada, uma vez que a SANEAGO apresentou proposta para pagamento pela Companhia na ordem de R\$ 47.800. Em 18 de outubro de 2016, SANEAGO junta aos autos os projetos e edital de licitação da obra submersa. Em 07 de dezembro de 2016, foi protocolizada petição pela Companhia, apresentando manifestação em face dos documentos apresentados pela SANEAGO e formulando quesitos complementares. Em 15 de maio de 2017, foi proferida decisão interlocutória que converteu a liquidação provisória de sentença em definitiva e fixou os pontos que seriam objeto da perícia, estendendo a mesma às outras obras da SANEAGO não submersas. Em 24 de maio de 2017, foi protocolizado e despachado Embargos de Declaração ante referida decisão. Em 30 de junho de 2017, proferida decisão conhecendo e provendo os declaratórios da Companhia para aclarar a decisão anterior, no sentido de limitar a indenização às obras constantes do Termo de Compromisso celebrado em 2005 pelas partes, contudo, determinando que caberá aos peritos analisar todos os materiais aprovados e pagos pela demandante. Contra a referida decisão em 21 de julho de 2017 foi protocolizado Agravo de Instrumento pela Corumbá para discussão do custo atual da obra. Na mesma data os autos foram distribuídos para a 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Despacho de memoriais com os Desembargadores em 26 de setembro de 2017. Em 20 de dezembro de 2017 foi proferida decisão pelo Desembargador Sebastião Coelho determinando a suspensão da perícia até o julgamento do Agravo de Instrumento. Em 13 de julho de 2018 foi protocolizada petição do Estado de Goiás requerendo o seu ingresso na lide. Agravo de instrumento provido por unanimidade em 18 de julho de 2018, para determinar que os parâmetros da liquidação de sentença devem ter por base a condenação da Companhia ao pagamento de indenização no valor de uma nova obra semelhante à contratada (conforme edital), não devendo ser levado em consideração o quanto a agravada teria despendido na época em que construiu a Obra Inacabada de Captação e EEAB, limitando-se a perícia aos itens efetivamente inundados. Em 31 de outubro de 2018 foi proferida decisão acolhendo o pedido de intervenção do Estado de Goiás. Em 16 de novembro de 2018 foi protocolizada petição da Companhia juntando as guias de depósito relativas aos honorários dos peritos de engenharia civil e de engenharia mecânica e apresentando novo rol de quesitos consolidados. Em 29 de novembro de 2018 determinada a intimação do Estado de Goiás para apresentar nos autos documentos e informações que julgar importantes ao deslinde da causa, contudo, o Estado nada manifestou nos autos. Em 07 de março de 2019 a SANEAGO protocola o seu rol de quesitos consolidados. Em 02 de abril de 2019 o juiz profere decisão informando às Partes que a perícia iniciará no dia 25 de abril de 2019, no escritório profissional do perito engenheiro civil. Em 04 de abril de 2019, a Companhia protocola petição impugnando os quesitos da SANEAGO que extrapolam os limites da perícia. Em 22 de abril de 2019 proferida decisão pelo juízo orientando os peritos que não respondam os quesitos da SANEAGO que extrapolem os limites fixados por aquele Juízo. Perícia de campo realizada em 15 de maio de 2019. O laudo pericial foi juntado ao processo na data de 21 de setembro de 2019, trazendo na parte de encerramento, o valor de R\$ 12.706 à título de indenização. A Companhia em petição de 29 de outubro de 2019, protocolou pedido de esclarecimentos ao perito, trazendo ainda manifestação técnica e jurídica parcialmente divergente das conclusões adotadas pelo laudo pericial, entendendo ser menor em R\$ 1.147. A SANEAGO por sua vez também ofertou pedido de esclarecimentos ao perito, na data de 03 de dezembro de 2019, não concordando com as conclusões adotadas no laudo pericial, pugnando pela fixação da indenização pretendida em R\$ 81.796. O juiz condutor do feito, proferiu despacho na data de 16 de dezembro de 2019, intimando a Companhia que se manifeste sobre a impugnação ao laudo pericial versada pela SANEAGO, bem como, intimou o perito para responder no prazo legal, sobre os quesitos complementares formulados pela SANEAGO. Valor atualizado da causa até dezembro/19: R\$45.947.

## Notas explicativas da administração às demonstrações

### Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (ii) IBAMA

Cuida-se de auto de infração ambiental nº 52.606/D aplicado pelo IBAMA em 29 de novembro de 2005 sobre suposto descumprimento de condicionantes da Licença de Instalação nº 281/04, referente ao aproveitamento hidrelétrico AHE Corumbá IV, o qual originou o processo nº 02001.007294/2005-39 na esfera administrativa do IBAMA. Em 25 de outubro de 2013, após apresentação de todas as defesas e recursos cabíveis, a Companhia foi intimada da decisão administrativa final do IBAMA que consolidou a multa aplicada, sendo notificada para o pagamento da mesma até a data de 20 de novembro de 2013. Em 07 de novembro de 2013, a Companhia ajuizou perante a 16ª Vara Federal do DF ação declaratória de nulidade, com pedido liminar, para suspensão de exigibilidade do crédito. Em 11 de junho de 2014, foi publicada sentença julgando o pedido da Companhia improcedente, para manutenção da multa aplicada pelo IBAMA. Foi apresentada Apelação Cível pela Companhia, com efeito suspensivo e devolutivo, a qual encontra-se pendente de julgamento, com parecer do MPF desfavorável à Companhia. A anulabilidade da autuação e da multa ainda se encontra em discussão judicial. Paralelamente ao processo judicial, a Companhia envida esforços para uma composição administrativa junto ao IBAMA, cujo pedido de revisão aguarda por análise do Núcleo de Instrução Processual (NUIP). Em 24 de outubro de 2017 foi publicado no Diário Oficial da União o Decreto Presidencial nº 9.179/2017 prevendo a possibilidade de conversão de multas ambientais em serviços de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente. Em 19 de junho de 2018, na 6ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, o órgão colegiado deliberou pela adesão da Companhia à conversão, na modalidade indireta, da multa ambiental objeto do auto de infração nº 52606-D. Em 29 de agosto de 2018 foi protocolado no IBAMA o pedido de conversão da multa. Processo judicial pendente de julgamento e pedido de conversão junto ao IBAMA pendente de análise pelo referido órgão. Valor da provisão: R\$ 1.904.

#### (iii) Desapropriação - Engexplo Desmonte e Explosivos Ltda.

Trata-se de ação de desapropriação que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Luziânia-GO, sob o nº 200401747799, referente a área rural atingida pela formação do reservatório da UHE Corumbá, em que não foi possível a composição amigável quanto ao preço da indenização do imóvel, nem quanto aos lucros cessantes da exploração de areia que existia no local. Ao tempo das negociações administrativas verificou-se que o imóvel possuía gravames e averbações em favor do INSS, impossibilitando a continuidade de tentativa de qualquer acordo administrativo amigável, sob pena da Companhia responder por fraude contra credores. Na esfera judicial, após a realização de perícia e de apresentação de recurso de apelação, a Companhia foi condenada ao pagamento de indenização pelas terras e benfeitorias na ordem de R\$229 e condenação pelos lucros cessantes de exploração de areia na ordem de R\$291, totalizando uma condenação de R\$520 (depositado R\$ 189). Após apelação e demais recursos pertinentes, foi apresentado Recurso Especial pela Companhia, o qual até a presente data encontra-se pendente de julgamento. Os autos permanecem conclusos ao Ministro Relator. Valor da provisão: R\$ 331

#### Demais causas judiciais

	2019	2018
Remota (*)	25.620	6.668
Possível	-	160

(\*) Dentro das causas consideradas como remotas, encontra-se uma ação anulatória proposta pela Companhia em face do IBAMA na data de 17 de setembro de 2014, em trâmite na 9ª Vara da Justiça Federal do DF, a fim de obter a anulação de auto de infração ambiental aplicada ao tempo da fase de enchimento do lago da UHE Corumbá IV, no valor histórico de R\$ 3.850, por suposto descumprimento das condicionantes de resgate de fauna e de supressão de vegetação. Em 19 de setembro de 2014 foi deferido o pedido liminar para, imediatamente, suspender a exigibilidade da multa administrativa, bem como suspender a inscrição da Companhia no CADIN. Atualmente, o processo encontra-se concluso para Sentença, com perspectiva de sucesso quanto ao reconhecimento da prescrição intercorrente e cancelamento da multa. Valor da Causa: R\$ 4.940.

Temos também a ação anulatória ajuizada pela Companhia em 02 de julho de 2018 contra ato do IBAMA que determinou a construção de uma ponte de ligação entre as Comunidades rurais de Pontezinha e Santo André, Município de Santo Antônio do Descoberto-GO. Em 04 de julho de 2018 foi proferida decisão que concedeu tutela provisória para suspensão da obrigação de construção de ponte. Em 18 de janeiro de 2019 o Ministério Público Federal apresentou parecer favorável à Companhia, opinando pela suspensão cautelar da decisão do IBAMA. Em 06 de junho de 2019 foi realizada

## Corumbá Concessões S.A.

### Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

audiência de conciliação, na qual requereu-se a inclusão da GOINFRA na demanda para se avaliar a possibilidade de acordo mediante implantação e operação de uma travessia por balsa, bem como a realização de novo estudo social pelo IBAMA que comprovasse que a demanda por ponte ainda era necessária nas comunidades no contexto atual. Em 16 de outubro de 2019 foi realizada nova audiência de conciliação, na qual a GOINFRA se posicionou pela não implantação de balsa no local e foi excluída do polo da demanda, em paralelo foi apresentado pelo Ibama relatório de entrevistas sociais realizadas em campo que demonstram que a população tradicional foi em grande parte substituída por condomínios, sendo fixado pelo Juízo novo prazo de 60 (sessenta) dias úteis para uma nova tentativa de composição entre as partes, com vistas a aplicação de outras medidas mitigadoras e sociais na região em substituição à ponte. Em 29 de novembro de 2019, foi realizada reunião com coordenadores do IBAMA na tentativa de composição, com apresentação de propostas pela Companhia. Sem retorno do Ibama até a presente data. Processo judicial segue para alegações finais e posteriormente sentença, com expectativa de êxito em favor da Companhia. Valor da Causa: R\$18.802.

#### Arbitragem – “CAM-CCBC” (Causa possível)

Em 28 de julho de 2017, a Serveng protocolou perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“CAM-CCBC”) requerimento contra a Companhia a respeito: (i) da incidência de correção monetária e juros legais (IGPM-FGV + 1% a.m.) sobre os Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (“AFACs”), realizados pela Serveng entre os anos de 2006 e 2008, em valor histórico de R\$38.195, bem como (ii) sobre a conversão de tais AFACs em mútuo. Em 17 de agosto de 2017, a Companhia apresentou resposta ao requerimento de arbitragem. Em 28 de agosto de 2017, o CAM-CCBC intimou as partes para indicarem os seus respectivos árbitros. Em 08 de janeiro de 2018 a indicação dos árbitros foi confirmada e constituído o Tribunal Arbitral. Em 05 de fevereiro de 2018 as partes assinaram o Termo de Arbitragem. Em 19 de março de 2018 a Serveng apresentou suas alegações iniciais, na qual solicita o ajuste do valor da arbitragem para R\$165.084, considerando o pleito de correção monetária e juros, sustentado pela tese de que ao tempo e modo os acionistas não converteram os AFACs em aumento do capital social, portanto, caracterizando-se os adiantamentos de recursos financeiros em operações de mútuo, passivas de remuneração. A Companhia apresentou resposta às alegações iniciais da Serveng em 23 de abril de 2018, sustentando que os AFACs não teriam sido convertidos em ações por mera inércia da Serveng em exigi-los. A Serveng apresentou sua réplica em 28 de maio de 2018. A tréplica da Companhia foi apresentada em 10 de julho de 2018. Ambas as partes pugnaram por produção de prova testemunhal, cuja audiência realizou-se nas datas de 29 e 30 de outubro de 2018 na sede da CAM-CCBC em São Paulo. Após a audiência, a Serveng apresentou nova documentação e parecer complementar perante a Câmara de Arbitragem. A Companhia teve prazo até 30 de janeiro de 2019 para se manifestar sobre os últimos documentos apresentados pela Serveng e paralelamente contratou parecer de especialista, Prof. Eduardo Munhoz, para corroborar a defesa apresentada pelos advogados da Companhia. Destaca-se, contudo, que a Serveng apresentou fortes argumentações e parecer de especialista renomado, Prof. Tavares Guerreiro, sobre o direito à correção monetária e aos juros legais sobre os valores aportados pela Serveng na Companhia e respectivos ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia. Dito parecer e documentos apresentados pela Serveng, assim como os da Companhia, se encontram em apreciação pelo Tribunal Arbitral. Em 15 de fevereiro de 2019, os advogados da Companhia apresentaram prognóstico de risco da arbitragem como perda possível. Apresentadas as alegações finais das partes em 12 de abril de 2019. Em 10 de junho foi emitida ordem processual pelo Tribunal Arbitral prorrogando o prazo para a prolação da sentença arbitral para a data de 15 de agosto de 2019. Em 1º de agosto de 2019 foi proferida Sentença Arbitral que condenou a Companhia a restituir à acionista Serveng o valor de R\$ 38.195 corrigido monetariamente pelo IGP-M desde a data de cada aporte até a data de pagamento, acrescido de juros de mora de 1% a.m. simples desde 28 de julho de 2017 (data da instauração da arbitragem). O pagamento foi estipulado no prazo de 30 dias. Em 21 de agosto de 2019 a Serveng apresentou recurso na expectativa de majorar a condenação. Em 30 de setembro de 2019 o Tribunal Arbitral se pronuncia pela improcedência do recurso da Serveng, mantendo inalterada a sentença. Em 20 de dezembro de 2019, foi deliberado pelos acionistas em AGE (Assembleia Geral Extraordinária) a liquidação da setença mediante emissão de 261.401.094 ações PNB (sem 10% adicional de dividendos) e 22.610.917 ações ON subscritas pela acionista Serveng. Foi também deliberado a resolução da AFAC CEB (R\$ 3.232) atualizados com os mesmos critérios dos AFACS Serveng com emissão de 25.389.083 ações ON subscritas pela CEB.

# Corumbá Concessões S.A.



## Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor da Causa atualizado: R\$ 99.594, conforme anexo VI calculados pela Companhia e validado por procedimentos, previamente acordados por empresa especialista, tudo devidamente aprovado em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 20 de dezembro de 2019.

### 16 Partes relacionadas

As transações entre partes relacionadas são realizadas em valores, prazos e taxas, considerando a natureza e características das transações.

	Ativo (passivo)	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Conta a receber - CEB Distribuição S.A. (Nota 4)	15.755	18.240
Conta a pagar – Mútuo (Nota 12)	21.415	24.929
Adiantamento para futuro aumento de capital (i)		
Serveng Cilvisan S.A.	-	(38.195)
CEB S.A.	-	(3.232)
		<u>(41.427)</u>

	Receita (despesa)	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receita operacional bruta – CEB Distribuidora S.A.	182.030	171.255
Resultado financeiro (ii)	(10.119)	(3.301)

(i) Os valores foram constituídos de 2005 a 2008 a título de Adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC, com decisão arbitral em 2019 em favor da Serveng. O valor de R\$ 38.195 foi atualizado e quitado com subscrição de novas ações. Da mesma forma foi feito com os AFACs da CEB (vide Notas 15 e 17).

(ii) Despesa de juros e correção com contratos de mútuo com acionistas e correção monetária e juros do processo CAM-CCBC – Centro de Arbitragem e Mediação no procedimento arbitral CCBC nº 74/2017/SEC2.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da administração, que inclui os diretores e membros do Conselho Fiscal foi de R\$ 977 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 (2018 – R\$ 867).

### 17 Patrimônio líquido

#### (a) Capital social

O capital social é representado por 875.649.260 Ações Nominativas (2018 – 566.248.166) sendo 291.905.724 Ações Ordinárias Nominativas - ON, 322.342.442 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe “PNA”, 261.401.094 Ações Preferenciais Nominativas - PN classe “PNB”, totalizando um capital subscrito de R\$ 280.014 (2018 - R\$ 171.517) (Vide Nota 15).

#### (b) Direitos de ações

As ações ordinárias nominativas gozam de preponderância nas decisões administrativas na proporção de 1 ação para 1 voto.

**Notas explicativas da administração às demonstrações****Exercícios findos em 31 de dezembro****Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

As ações preferenciais nominativas da Classe “A” não têm direito de voto e gozam das seguintes vantagens e preferências: (a) direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; (b) prioridade na distribuição de dividendos; e (c) prioridade no reembolso do capital, sem prêmio. As ações preferenciais nominativas da Classe “A” participam dos lucros remanescentes em igualdade de condições com as ações ordinárias, observado sempre o direito de perceberem dividendos, no mínimo, 10% (dez por cento) maiores do que os pagos às ações ordinárias.

As ações preferenciais nominativas da Classe “B” têm as mesmas condições das ações Classe “A”, com exceção dos dividendos 10% maiores que são atribuídos às ações da Classe “A”.

O pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 10% (dez por cento) do lucro líquido do exercício é devido aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classe “A”, Classe “B” e ações ordinárias.

**(c) Dividendos**

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da legislação societária e Estatuto da Companhia, é assim demonstrada:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Resultado líquido do exercício	20.276	40.000
Constituição de Reserva Legal – 5%	(1.014)	(2.000)
Base de cálculo dos dividendos	19.262	38.000
Dividendos das ações ON	(619)	(2.251)
Dividendos das ações PNA	(752)	(1.549)
Dividendos das ações PNB	(555)	-
Dividendo adicional proposto (e)	(9.631)	-
Reserva para retenção de lucros (f)	7.705	34.200

Os acionistas da Companhia são:

- Serveng Civilsan S/A Empresas Associadas de Engenharia
- Companhia Energética de Brasília - CEB
- C & M Engenharia Ltda.
- Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal - CAESB
- Companhia Imobiliária de Brasília - TERRACAP
- CEB Participações S.A. – CEBPar

# Corumbá Concessões S.A.



## Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### (d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em 2012, foi criada uma conta redutora de patrimônio líquido (“recompra de ações”) no valor original de R\$ 76.000 (valor original das ações do FIP-BRB) sendo ajustada em R\$ 59.708 (valor das ações do FIP-BRB após redução de capital de agosto de 2012) tendo em vista o resgate /cancelamento das mesmas. Portanto, o saldo remanescente de R\$ 16.292 foi registrado como ajuste de avaliação patrimonial.

### (e) Reserva de lucros

Em 2018, após reserva legal, propõe-se complementar os valores previstos para a reserva para contingências e o restante como reserva de lucros a realizar dado a insuficiência de caixa.

Em 2019, a reserva para contingências foi complementada com R\$ 7.705 para fazer face a possíveis variações do processo da SANEAGO (Vide Nota 15(i)).

	2019	2018
Saldo inicial em 1º de janeiro	39.066	2.866
Reserva Legal	1.014	2.000
Retenção de Lucros	7.371	34.200
	<b>47.451</b>	<b>39.066</b>

### (f) Dividendos adicionais propostos

Em 2019, foram propostos dividendos adicionais de 50% da base a serem aprovados em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

## 18 Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia tem como política contratar apólice de seguros para cobrir riscos operacionais, patrimoniais e cíveis, com cobertura e limites de indenização representando em 31 de dezembro de 2019, respectivamente, R\$ 516.581 (sendo R\$ 500.379 para danos materiais, R\$ 8.202 para lucros cessantes e R\$ 8.000 para Cobertura Adicional de Despesas de Salvamento e Contenção de sinistros) e R\$ 516.581 para o LMI - Limite Máximo de Indenização.

## 19 Conciliação entre a receita bruta e a receita líquida

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Receita bruta		
CCVEE – Contrato de compra e venda de energia elétrica	182.030	171.255
Receita com Liquidação Financeira – MRE/MCP	4.401	822
Outras Receitas (*)	7.429	-
COFINS	(6.360)	(5.200)
PIS	(1.378)	(1.127)
<b>Receita líquida</b>	<b>186.122</b>	<b>165.750</b>

(\*) Venda de energia bilateral no Mercado de Curto Prazo para resgatar positivos saldos retidos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**20 Custo dos serviços de energia elétrica**

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Custos operacionais gerais (a)	12.735	12.364
Custo de energia elétrica (b)	12.615	26.655
Custo de uso do sistema de distribuição	5.137	4.510
Custo de compensação financeira – CFURH	1.796	1.946
Custo de pesquisa e desenvolvimento	1.821	1.619
Custo de fiscalização regulatória	495	414
Depreciação e amortização	17.619	18.037
	<b>52.218</b>	<b>65.545</b>

**(a) Custos operacionais gerais**

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Custo com mão de obra própria	4.003	3.449
Meio ambiente	3.906	3.976
Seguro – Usina (i)	1.218	1.252
Manutenção de Barragem/Usina	1.081	1.187
Preservação e segurança	678	661
Combustíveis e lubrificantes	433	492
Manutenção de máquinas e equipamentos	410	224
Manutenção de SE Linha de Transmissão	342	388
Serviços profissionais – pessoa jurídica	115	113
Outros	549	622
	<b>12.735</b>	<b>12.364</b>

(i) Inclui valor de amortização do ativo regulatório (R\$ 829).

**(b) Custo de energia elétrica**

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Hedge + perdas (*)	11.909	23.450
MRE/MCP - realizado	706	2.220
Baixa crédito PIS/COFINS MRE (**)	-	985
	<b>12.615</b>	<b>26.655</b>

(\*) Compra bilateral de energia para o Hedge + Perdas.

(\*\*) Em 2018, refere-se a baixa de crédito de PIS/COFINS devido a previsão de piora do cenário hídrico e não previsão de compensação de eventuais créditos tributários relacionados à compra de energia no passado.

# Corumbá Concessões S.A.



## Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 21 Despesas administrativas e outras despesas operacionais, líquidas

#### (a) Despesas administrativas

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Pessoal	3.846	3.517
Tributárias	143	100
Outras (i)	6.368	3.694
	<b>10.357</b>	<b>7.311</b>

#### (i) Composição

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
Serviços profissionais – pessoa jurídica/Honorários advocatícios (a)	4.614	2.032
Informática	438	385
Aluguéis de imóveis	259	259
Pro labore conselho	180	111
Contribuições	134	140
Viagens	100	95
Indenização	62	35
Combustíveis	42	37
Legais/cartórios (b)	3	234
Outros	536	366
	<b>6.368</b>	<b>3.694</b>

(a) Em 2018 e 2019 principalmente, registramos o pagamento a advogados para a causa Arbitragem – Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“CAM-CCBC”).

(b) Em 2018 referem-se a taxas com o processo no Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá (“CAM-CCBC”).

### 22 Resultado financeiro

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2019	2018
<b>Receitas</b>		
Receitas sobre aplicações (i)	1.477	1.216
Juros recebidos	246	-
Descontos obtidos	7	875
	<b>1.730</b>	<b>2.091</b>
<b>Despesas</b>		
Despesas correção/remuneração Debêntures (128% CDI) (ii)	(19.764)	(26.835)
Despesas com financiamentos	(1.141)	(1.202)
Despesas financeiras com Outorga	(1.955)	(1.878)
Despesas com mútuo (iii)	(3.796)	(3.302)
Outros (iv)	(6.926)	(1.572)
	<b>(33.582)</b>	<b>(34.789)</b>
	<b>(31.852)</b>	<b>(32.698)</b>

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

---

- (i) Referem-se a receitas com aplicação de recursos do caixa em operações compromissadas.
- (ii) Correção e juros de debentures (Série 1 - "CRUM 12" e Série 2 - "CRUM 22") registrando maiores valores em 2018 dado a maiores taxas da SELIC/CDI. Em 2019 a amortização do principal também contribuiu para os menores encargos, junto a menores taxas de CDI.
- (iii) Mútuo constituído em 2016 (IGPM + 1% a.m.) e mútuo constituído em 2017 (128% CDI a.a. e; IGPM + 12% a.a. (juros simples))
- (iv) Correção e juros AFAC CEB, deliberado na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 20 de dezembro de 2019 e, correção de agosto de 2019 a outubro de 2019 do saldo da Arbitragem da Serveng.

**23 Gestão de risco financeiro**

**(a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos e debêntures. Adicionalmente, a Companhia não opera diretamente com instrumento financeiro derivativo. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis estão registrados pelo valor justo.

**(b) Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**

Os valores contabilizados são os valores realizáveis.

**(c) Debêntures**

A Companhia monitora frequentemente a evolução dos juros contratados como custos das debêntures (referenciado CDI) de forma a tomar atitudes de recontração das mesmas, caso esse indicador de custo descole do hedge natural da Companhia, que é o IGP-M sobre CCVEE (Contrato de compra e venda de energia elétrica). Na 2ª emissão de debêntures em 2014, o custo foi reduzido de 128,5% CDI para 128,0% CDI.

**(d) Política de gestão de riscos financeiros**

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

**(e) Risco de crédito**

A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios.

**(f) Risco de mercado**

**Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

**Notas explicativas da administração às demonstrações  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**

**(g) Risco de liquidez**

O risco de liquidez é medido pela capacidade da Companhia cumprir com suas obrigações de curto, médio e longo prazo, tendo presente a sua estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e, principalmente seus fluxos de caixa. Na visão de 31/12/2017, os valores devidos da debentures foram reclassificados do passivo não circulante para o passivo circulante, dado ao não atingimento de “covenant” financeiro. Caso as tratativas comerciais não tivessem tido sucesso, a Companhia teria risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia que são liquidados em uma base líquida pelo Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

**(h) Estimativa do valor justo**

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. O único instrumento financeiro que a Companhia opera é a emissão de debêntures, onde o valor dos juros é sempre pago, restando apenas o saldo do valor principal devido.

**(i) Instrumentos financeiros por categoria**

	2019			2018		
	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos, conforme o balanço patrimonial</b>						
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	15.755	-	15.755	18.240	-	18.240
Caixa e equivalentes de caixa	-	23.756	23.756	-	68	68
	<b>15.755</b>	<b>23.756</b>	<b>39.511</b>	<b>19.240</b>	<b>68</b>	<b>19.308</b>

	2019	2018
	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros
<b>Passivo, conforme o balanço patrimonial</b>		
Empréstimos	237.868	315.368
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	31.785	32.307
	<b>269.653</b>	<b>347.675</b>

# Corumbá Concessões S.A.



## Notas explicativas da administração às demonstrações Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 24 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm que aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

### 25 Compromisso

A Companhia firmou Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica em 7 de março de 2002 para fornecimento de energia para a CEB Distribuição S.A., onde anualmente deverá fornecer os seguintes montantes de energia:

	MWh/ano
2020	665.760
2021	665.760
2022	665.760
2023 a 2036	9.320.640
	<b>11.317.920</b>

\* \* \*